

ações previstas a curto, médio e longo prazo. Estabelecendo-se, assim, uma relação de cooperação entre a instituição ou organização e os beneficiários do projeto.

Durante a elaboração de um projeto, devemos considerar a importância da coerência e concordância, já que este representa uma fase de equilíbrio entre problemas passados e soluções futuras a serem alcançadas a partir deste. De acordo com Armani, no processo de elaboração de um projeto devem constar as premissas e os fatores de risco, já que as primeiras representam “condições externas (aquelas que contribuem também para o grau de incerteza) que afetam o desenvolvimento do projeto e que estão fora do controle direto de quem o implementa” (2000, p.55). E, por isso, devem ser constantemente monitoradas de modo que as mudanças e incertezas sejam minimizadas em relação ao que se espera de um projeto.

Para tanto, os fatores externos relevantes para a elaboração de projetos, devem ser considerados sem contrapô-los aos resultados esperados. Armani nos diz que, além desses fatores, é necessário definir os indicadores que apontaram o grau de mudança na realidade social em questão.

Segundo o autor, “os indicadores aparecem no processo para permitir a construção de consensos muito claros dentre todos os atores envolvidos acerca do que deve se entender concretamente por objetivo geral, objetivo específico do projeto, resultados e atividades” (2000, p.58).

Para Armani (2000, p.61), “os indicadores dão evidência às mudanças ocorridas num fenômeno, mas não as mudanças propriamente ditas nem são suas causas. Eles são apenas os *sintomas* das mudanças, funcionando como instrumentos de aproximação para captar processos complexos de mudança”. Ou seja, “eles apenas *indicam* que algo – uma situação ou relação – que julgamos ter relação significativa com a evolução do fenômeno em questão variou de determinada forma, o que nos dá indicações valiosas para captar a evolução do processo” (2000, p.61).

No entanto, os autores Chianca, Marino & Schiesari (2001, p.37) consideram que “os indicadores são aproximações da realidade, não podendo

ser considerados ‘verdades absolutas’. Portanto, para procurar se assegurar de que a realidade seja representada da melhor maneira possível, é recomendável que sejam considerados vários indicadores relevantes para ajudar a responder a uma pergunta avaliativa”.

No caso de projetos sociais em que os resultados não podem ser quantificados, é necessário então transformar conceitos em indicadores, a partir da concepção que se tem como ideal a ser alcançado pelo projeto e principalmente por seus públicos beneficiários. Essa concepção se forma, porém, a partir do entendimento dos atores sociais fortalecendo a sua participação/interação no projeto.

Armani declara, ainda, que a fase de elaboração de um projeto não significa que o mesmo está pronto e acabado, demonstrando isso pelo ciclo abaixo descrito.

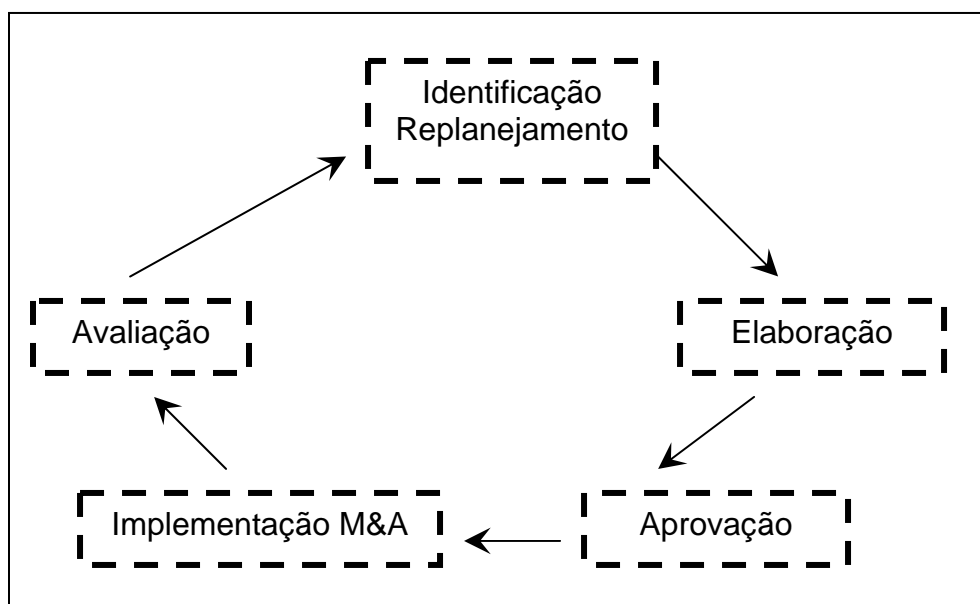


Figura 01: Ciclo de um Projeto (Armani, 2000, p. 30).

Dessa forma, se considerarmos que a elaboração de um projeto de desenvolvimento possibilita a participação dos atores sociais e a definição de estratégias flexíveis, às transformações impostas por fatores exógenos e

externos, a próxima etapa desse projeto seria, então, sua execução e controle de ações, assunto que abordaremos a seguir.

3.2.3. Execução e controle do projeto

A execução de um projeto de desenvolvimento consiste na prática de atividades planejadas de tal forma que os objetivos traçados venham a ser alcançados. Para tanto, durante sua implementação passa a efetivar-se pelo engajamento da comunidade, legitimando sua proposta não apenas enquanto uma proposta de solução dos problemas do local, mas, principalmente, como proposta de empoderamento das pessoas.

Partindo do princípio de que este projeto foi, desde seu início, pensado e decidido em parceria com a comunidade, mais do que nunca, durante o seu desenvolvimento, a participação desta é fundamental. Nesse sentido, Brose (1999) nos diz que

As funções de planejamento de um projeto não podem ser dissociadas das funções necessárias para a execução das atividades. Ou seja, planeja quem executa. Como o planejamento tem um papel tão relevante para o sucesso de projetos, ele não pode ser deixado a cargo de planejadores profissionais que não têm vinculação com a operacionalização no dia-a-dia. Quem vai executar é que deve participar do planejamento. Participam do processo de planejamento sempre aqueles que também são responsáveis pela implementação, planejando e replanejando de forma cíclica todas as fases do projeto (p.182).

Como podemos observar, a interação do público-alvo, dos beneficiários, dos atores sociais, ou seja, independente da terminologia, dos envolvidos no projeto de desenvolvimento, bem como da execução de suas estratégias, está extremamente vinculada ao grau de interesse e participação destes na implementação do mesmo. Segundo Armani (2000, p. 69) “de um projeto elaborado de forma participativa, só se pode esperar que seja gerenciado também de forma participativa”.

No entanto, para que o gerenciamento do projeto não fique limitado às organizações e instituições responsáveis, reiteramos que, além do

replanejamento constante, é necessário que o “produto” desse projeto seja organizado de modo a, não apenas a informar os atores sociais, mas também permitir que os mesmos definam futuras estratégias adaptando-as às mudanças externas que venham a interferir no funcionamento do projeto e, principalmente, na realidade local.

Além disso, esse processo de sistematização dos resultados permite aos executores do projeto a obtenção de informações suficientes para a retroalimentação do mesmo, fazendo com que este não se esgote nem perca de vista o seu objetivo principal, ou, ainda, dos objetivos traçados durante a fase de elaboração desse projeto de desenvolvimento.

É a partir desse mesmo ponto de vista que Brose aponta para a necessidade de socialização dos resultados alcançados ao longo da implementação do projeto, considerando que os envolvidos nesse processo possam participar do processo de decisão. Esse mesmo autor assegura que

a participação não deve ser entendida como uma forma mais ‘pura’ ou ‘autêntica’ de democracia. E também não deve ser confundida com unanimidade. Enquanto a democracia vive do embate de grupos minoritários e majoritários, onde sempre há perdedores e ganhadores, o enfoque participativo no gerenciamento de um projeto almeja o consenso, algo bem mais difícil e demorado que uma votação. O consenso é o duro aprendizado de respeitarmos a opinião do outro mesmo sendo divergente da nossa, e mesmo assim trabalharmos juntos tendo em vista um objetivo em comum (1999, p.181).

Como já havíamos mencionado, no planejamento de um projeto os conceitos de hegemonia e consenso são distintos. Diante desse contexto, citamos a definição de Buarque, em que o autor nos diz que a hegemonia consiste na disputa de poder em um grande grupo, e o consenso na tomada de decisões de modo a contemplar as necessidades de todos que pertencem a um pequeno grupo. Retomamos esses conceitos para situar o leitor quanto à importância de termos dimensão do que consiste o gerenciamento de um projeto de desenvolvimento.

Enquanto proposta emancipatória, um projeto de desenvolvimento que prevê desde seu planejamento, sua execução, a participação dos atores

sociais em todas as etapas, deve, de acordo com Brose, possibilitar a interação com os resultados e o processo de replanejamento do mesmo.

Nesse sentido, o autor afirma que “para que seja possível gerenciar participativamente, é necessário que haja entre os envolvidos um consenso não só sobre os objetivos, ações e recursos necessários no projeto, mas, também sobre a necessidade de delegação de responsabilidades, ou seja, sobre como compartilhar poder”. Brose (1999, p.181) considera, que esse compartilhar pode envolver:

- a coordenação entre um grande número de pessoas e organizações na execução de atividades;
- a articulação contínua de um grande número de interesses, opiniões e objetivos individuais, pois um projeto sempre é um jogo com um grande número de jogadores;
- a integração entre as diferentes habilidades, qualificações, potenciais e limites das pessoas e organizações envolvidas;
- reação e adaptação a fatores externos em constante mudança que exigem processos ágeis e flexíveis para a tomada de decisão;
- flexibilidade na utilização do planejamento, pois o ambiente do projeto em constante mudança não permite um sistema rígido de planos fixos.

No entanto, para esse processo aconteça, mais que viabilizar o engajamento dos beneficiários, subsidiá-los e instrumentalizá-los vem a fortalecer a participação desse grupo. Assim, os atores sociais sentem-se parte do projeto e, conseqüentemente, responsáveis pela continuidade do mesmo.

Já em termos mais técnicos, Armani afirma que o êxito do gerenciamento de um projeto de desenvolvimento está vinculado ao seu sistema de monitoramento e avaliação. O M&A corresponde segundo o autor, a “um conjunto de procedimentos de acompanhamento e análise realizados ao longo da sua implementação, com o propósito de checar se as atividades e resultados realizados correspondem ao que foi planejado (M) e se os objetivos previstos estão sendo alcançados (A)” (2000, p. 70).

Armani (2000, p. 71), define monitoramento como “a observação regular e sistemática do desenvolvimento das Atividades, do uso dos recursos e da produção de Resultados, comparando-os com o planejado. Ele deve produzir informações e dados confiáveis para subsidiar a análise da razão de eventuais desvios, assim como das decisões de revisão do Plano”. Já a avaliação, segundo o autor corresponde “à análise crítica do andamento do projeto segundo os seus Objetivos, tendo por base as informações produzidas pelo Monitoramento (2000, p.69)”.

Da mesma forma, que Brose (1999, p.197) afirma que Monitoria representa o acompanhamento da execução do que foi planejado (e também das atividades que não haviam sido previstas), a Avaliação compara e analisa o que foi planejado frente à realidade e possibilita uma reflexão de forma sistematizada sobre a validade das ações executadas.

Como podemos observar a partir das afirmações dos atores citados, o sistema de Monitoramento e Avaliação consiste em uma cadeia de estratégias em que uma vai fornecendo informações à outra, permitindo o replanejamento contínuo. Trataremos, no entanto, essas duas etapas como distintas, tendo em vista a suporte teórico necessário sobre cada etapa para a sistematização do Projeto Garabi-Itá, o qual, podemos adiantar, não possuía um sistema de M&A.

Podemos concluir que o processo de sistematização das informações e resultados adquiridos com o decorrer da implementação das estratégias, bem como o monitoramento e avaliação durante o desenvolvimento do projeto, contribuem para que, tanto a equipe executora ou organização responsável, como a comunidade, tenham conhecimento sobre o desenrolar do projeto. Isso facilita a identificação dos fatores que aceleraram ou frearam a execução das estratégias e o que cada um se propôs a fazer para que os objetivos fossem alcançados.

Além disso, segundo os autores citados, esse processo oferece subsídios e informações para que os beneficiários, capacitados, possam avaliar este projeto desde seu início até sua conclusão e, positivamente, continuar o trabalho. A partir dessa experiência, seria possível obter um modelo a ser

analisado por outras instituições e organizações promotoras de projetos de desenvolvimento local.

A seguir será, abordada a etapa de avaliação, considerada por muitos a última no processo de desenvolvimento de um projeto. Partiremos do princípio, porém, de que esta consiste em uma fase subsequente as demais e, por isso, fundamental para o replanejamento do projeto.

3.2.4. Avaliação e sistematização: etapas constantes

Para muitos projetos de desenvolvimento, após concluídas as suas atividades, a avaliação das mesmas representa a última etapa do processo. Segundo Armani (2000, p.35), “a fase de avaliação propriamente dita correspondente ao momento de avaliação do projeto após um certo período de tempo (no final de cada ano, por exemplo, ou no final de um triênio) ou mesmo ao momento da avaliação quando o projeto muda de natureza ou se encerra”.

Em outras palavras, a avaliação poderá ocorrer em vários momentos do projeto, porém dentro de um período determinado. Armani afirma que esse tipo de avaliação se distingue do sistema de Monitoramento e Avaliação, que consiste em um processo cíclico durante a execução do projeto.

Entretanto, há alguns aspectos gerais que devem ser considerados em um processo de avaliação de projetos de desenvolvimento, independentemente da existência ou não de um sistema de Monitoria e Avaliação. Diante disso, buscamos definir, de acordo com Brose, alguns conceitos como o de efeitos e o de impactos, que podem resultar de um projeto de desenvolvimento.

Segundo o autor, os efeitos de um projeto “são as mudanças, principalmente entre os grupos beneficiários, mas também nas organizações, decorrentes do uso dos produtos e serviços originados do trabalho no projeto” (1999, p.195). E os impactos de um projeto “são as mudanças econômicas, políticas, sociais e tecnológicas nos espaços econômicos decorrentes das ações dos grupos beneficiários com o apoio e a assessoria técnica das organizações parceiras” (1999, p.195).

Tendo em vista a posterior tarefa de sistematizar o Projeto Garabi-Itá, buscamos conceituar impacto, efeitos e resultados conforme os autores Carpio, Cavassa & Gómez, no que se refere à avaliação de um projeto de desenvolvimento rural. Os autores asseguram que

Se entiende por impactos los efectos en las condiciones de producción y de vida de las familias campesinas implicadas con un proyecto, determinados a través de los ingresos y riquezas de las familias campesinas; entendiéndose por efectos las manifestaciones de los resultados, los cuales pueden ser medidos en términos de productividad, intensidad de la agricultura, disponibilidad de tierras por familia u otros indicadores similares; y por resultados, las metas alcanzadas por un proyecto, las que se traducen en obras físicas o servicios implementados (1992, p.89).

A partir das afirmações anteriores, podemos concluir que o processo de avaliação de um projeto de desenvolvimento requer a sistematização e socialização continua das informações a todos os segmentos envolvidos com o projeto. E, assim, promover a participação e o empoderamento dos atores sociais beneficiários, tornando-os gestores do próprio desenvolvimento.

Além disso, pode-se demonstrar a relevância deste projeto para os demais setores da sociedade, ao criar uma nova concepção dos projetos de desenvolvimento, em que instituições governamentais, não-governamentais, privadas e, principalmente, o próprio homem acredite no seu poder de transformação da realidade.

Assim, é a partir dessa perspectiva, que nos propomos a avaliar o Projeto Garabi-Itá, não apenas enquanto uma proposta de desenvolvimento local, mas, também, como uma proposta de emancipação dos atores sociais envolvidos pela forma como foi planejado e implementado junto às comunidades rurais abrangidas.

Como já abordamos brevemente o processo de M&A, consideramos importante destacar algumas características do processo de sistematização de um projeto de desenvolvimento, que Selener (2000) define como “un proceso continuo de reflexión participativa efectuado por los facilitadores y participantes de un proyecto sobre diferentes aspectos del proyecto, incluyendo sus procesos

y resultados. Actúa como un catalizador para mejorar la capacidad reflexiva, de aprendizaje y organizativa de las ONGs y organizaciones populares en su afán por mejorar sus actividades de desarrollo”.

Além disso, a sistematização contribui no processo de implementação do projeto porque ‘permite una creación participativa de conocimientos teóricos e prácticos que se inicia con la reflexión sobre las acciones, con la intención de modificar dichas acciones hacia las transformación de la realidad, especialmente en dos de sus dimensiones: 1) la satisfacción de las necesidades inmediatas y concretas, y 2) el empoderamiento popular’ (Cadena *apud* Selener 2000).

No entanto a sistematização dos resultados em muitos casos fica em segundo plano devido à falta de clareza conceitual sobre a importância de dispor dessas informações aos públicos envolvidos. E, também, pela falta de tempo e recursos humanos e econômicos para pôr este processo em prática. Nesse sentido, Brose destaca a relevância de sistematizar os resultados, afirmando que

Para demonstrar a importância e a validade do projeto e para prestar contas do uso continuado de recursos públicos é necessário podermos demonstrar quais processos de mudanças efetivamente ocorrem, o quanto melhorou a situação dos beneficiários do ponto de vista deles, em que período de tempo isto foi possível e a que custa. Em outras palavras, um projeto necessita de procedimentos de coleta e sistematização de dados e informações que não apenas subsidie o gerenciamento (uso interno), como também permita a comunicação e negociação com outros atores (uso externo) (1999, p.194).

Como podemos observar, o processo de avaliação, monitoramento e o de sistematização, ainda são recentes em termos de sua aplicabilidade aos projetos de desenvolvimento. Durante muitos anos, na visão de algumas instituições e organizações responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento de um projeto, essa “última etapa”, em muitos casos, não acontecia. Isso se justificava pelo esgotamento dos recursos, ou até mesmo, pela falta de qualificação técnica para a avaliação dos resultados, efeitos e impactos provocados pela inserção de um projeto de desenvolvimento.

Diante disso, podemos concluir que a avaliação de um projeto se diferencia do seu sistema de monitoramento, bem como do processo de sistematização. Sendo assim, o monitoramento consiste em observar o projeto a partir da perspectiva das atividades planejadas e implementadas. A avaliação analisa o projeto a partir do ponto de vista dos efeitos provocados no público-alvo da ação, enquanto a sistematização consiste em um processo de reflexão crítica do ponto de vista da organização que o executa, considerando os problemas identificados, os objetivos do projeto, as estratégias adotadas e os resultados alcançados. E, como podemos observar, os três métodos são importantes para o êxito de um projeto de desenvolvimento.

4. O CASO DO PROJETO GARABI-ITÁ

4.1. A HISTÓRIA DO PROJETO GARABI-ITÁ

Como já apresentamos brevemente a origem do “Empreendimento Linha de Transmissão Garabi-Itá – Projeto de Compensação Florestal no Estado do Rio Grande do Sul”, na parte introdutória deste trabalho, neste momento, apenas acrescentaremos algumas informações relevantes sobre o histórico desse projeto.

Inicialmente, é importante esclarecer que a seleção dos municípios de Ajuricaba, Bozano, Doutor Maurício Cardoso, Eugênio de Castro, Ijuí, Panambi, Santo Ângelo e São Martinho ocorreu devido ao IRDeR – Instituto Regional de Desenvolvimento Regional através do Projeto Regional de Reflorestamento e Recuperação Ambiental, executado por essa instituição em anos anteriores, já ter elaborado os diagnósticos ambientais precisos dos municípios em questão. Por isso, tinha subsídios suficientes para identificar entre tanto outros municípios da Região Noroeste do Estado do RS, aqueles de maior grau de degradação ambiental.

O Projeto Garabi-Itá iniciou em 1999, e teve sua conclusão em 2003, com o plantio efetivo de mais de 280 mil mudas de árvores nativas em mata ciliar. Esse plantio só foi possível graças ao engajamento de 544 produtores rurais e suas famílias, bem como das escolas pertencentes às comunidades rurais abrangidas pelo Projeto, e das entidades municipais.

É importante esclarecer que, diante da resistência de alguns produtores, encontrada no primeiro ano de trabalho, a Equipe de Trabalho do Projeto em parceria com as lideranças locais, definiu outras áreas para efetivação dos plantios em cada município. Em 2002, como já se haviam esgotado as

possibilidades de plantio nos oito municípios, novamente a Equipe de Trabalho do Projeto, reuniu-se com as comunidades, definindo outras áreas de plantio, no município de Guarani das Missões. A escolha deste município ocorreu pela identificação de elevado grau de degradação ambiental, o que colocava em risco o futuro do ambiente desse município.

Além das ações de compensação florestal, os públicos-alvo do projeto participaram efetivamente das atividades de educação ambiental, fundamentais para o comprometimento dessas pessoas com o trabalho proposto. O projeto teve a comunicação rural como aliada nesse processo por meio de estratégias adotadas ao longo desses quatro anos, no sentido de fortalecer a identificação destes públicos com o projeto.

Diante dessa realidade, pretendemos abordar teoricamente o processo de implementação do “Empreendimento Linha de Transmissão Garabi-Itá – Projeto de Compensação Florestal no Estado do Rio Grande do Sul”, não apenas como um projeto de fomento ao desenvolvimento local a partir da própria ação dos atores sociais envolvidos, como também enquanto proposta para o debate da oposição existente entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento sócio-ambiental.

Conforme Hegédus & Vela (2000, p. 32), na discussão sobre a possível conciliação entre desenvolvimento econômico e social, os autores afirmam que, segundo Lacroix, 1985; e Röling, 1986; o termo desenvolvimento tem duas vertentes fundamentais i) uma, mais preocupada pelo desenvolvimento tecnológico e a infra-estrutura física (os aspectos econômicos) e ii) outra, mais consubstanciada com o desenvolvimento do capital humano (os aspectos sociais)”.

A partir desta perspectiva, o Projeto Garabi-Itá situa-se na segunda vertente que, para os autores, “É a segunda vertente de “desenvolvimento”, que assimilamos à expressão “desenvolvimento social”, e que conforma basicamente os projetos de desenvolvimento na atualidade.(2003, p. 32).

Tendo em vista esses aspectos, o Projeto Garabi-Itá preconizou a integração dos mesmos na efetivação de seu trabalho, que aconteceu pela

adesão espontânea de produtores rurais, escolas e lideranças municipais. Para tanto, foi necessário que a compensação florestal e a educação ambiental, os dois eixos norteadores do trabalho, acontecessem de forma contínua e sistematizada. Conforme nos diz Sorrentino,

“Não é possível nos contentarmos em lançar as sementes, doarmos as mudas ou mesmo plantarmos as árvores e não nos responsabilizarmos pelo sucesso do seu “pegamento” desenvolvimento, e, mais do que isto, com o aprofundamento de uma ação/reflexão educacional que tenha no plantio apenas a porta de entrada, de sensibilização para que uma temática muito mais ampla, que é o compromisso com a vida e os sistemas naturais e sociais que a suportam, com a sustentabilidade e aprimoramento da vida da nossa e de todas as espécies do Planeta”. (2000, p. 129).

A Equipe de Trabalho do Projeto buscou efetuar parcerias com as pessoas da comunidade, formando as Comissões Municipais de Apoio ao Projeto em cada município, responsáveis por intermediar a relação de interesses do Projeto e da comunidade, haja vista a necessidade de contemplar os objetivos finais do projeto, que, além do plantio de 280 mil mudas de árvores, contribui para a promoção do desenvolvimento local pela participação da comunidade.

O fluxograma abaixo representa a forma de intervenção do projeto nas comunidades. É importante ressaltar que o planejamento era realizado pelas Comissões Municipais de Apoio em parceria com a Equipe de Trabalho do Projeto, fortalecendo a relação de comprometimento por parte das pessoas líderes e formadores de opinião no município. Estas pessoas facilitaram o processo de inserção do projeto pela credibilidade necessária para aceitação do mesmo pelo local.

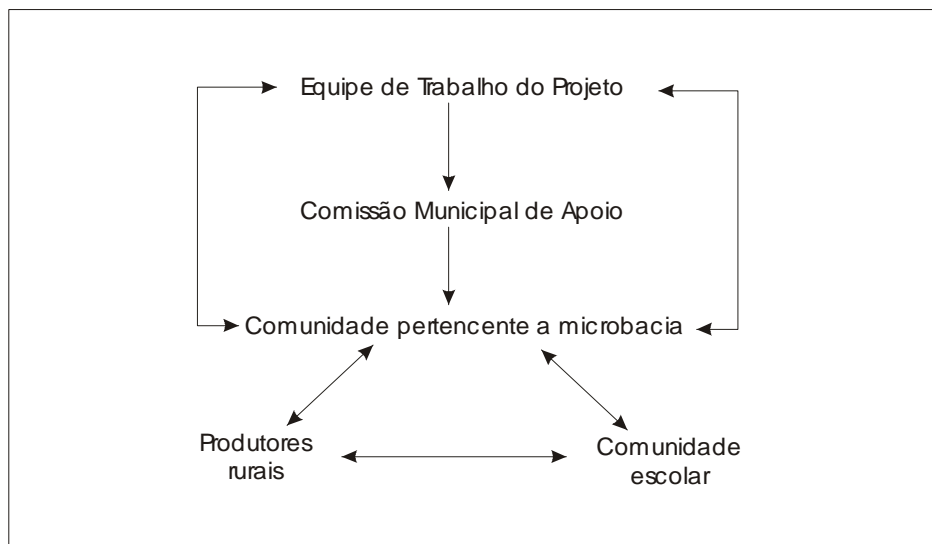


Figura 02: Fluxograma da forma de atuação da Equipe do Projeto Garabi-Itá nos municípios.

A partir da formação das Comissões o planejamento da compensação florestal e educação ambiental passaram a ser feitos de forma participativa, tendo em vista a necessidade de compreender as peculiaridades de cada comunidade parceira para atendê-las de forma competente. Assim, apresentamos, a seguir, cada município parceiro do Projeto, as metas de plantio, bem como as entidades que colaboraram para a execução do mesmo. Num momento posterior, discutimos brevemente o trabalho de compensação florestal, educação ambiental e comunicação, desenvolvidos por esse projeto.

4.1.1. Os municípios de atuação

Ajuricaba

No município de Ajuricaba, o Projeto Garabi-Itá atuou no aflente do rio Ijuí – passo do Ajuricaba, nas microbacias dos arroios Mandaçaia, Melancia e Estrada e na Comunidade da Medianeira. Nessas localidades, o objetivo era efetuar o plantio de 25.200 mudas em quatro anos. Para tanto contou com o apoio da Prefeitura Municipal, pela Secretaria Municipal de Agricultura e de Educação, EMATER, COTRIJUI, e das escolas: E.M.E.F. Medianeira, E.M.E.F. Nelci Tobias Oedmann e E.M.E.M. Coronel Soares de Barros para desenvolver

ações de educação ambiental e compensação florestal envolvendo a comunidade.

Bozano

Nesse município, o Projeto Garabi-Itá atuou no aflente do rio Ijuí – passo do Ajuricaba e nas microbacias dos lajeado do Gringo e Alambique, prevendo plantar 12.600 mudas ao longo dos quatro anos. E, para isso, contou com a participação da Prefeitura Municipal, EMATER, e da escola: E.M.E.F. Dr. Bozano para desenvolver o trabalho de reposição florestal e conscientização das comunidades rurais, pelo engajamento das mesmas.

Doutor Maurício Cardoso

Em Doutor Maurício Cardoso, o Projeto Garabi-Itá atuou no lajeado Dezoito, lajeado Pedregulho e costa do rio Uruguai, além da microbacia do lajeado Panelinha, localizada na Comunidade do Centro Novo, local onde a unidade da EMATER municipal vem desenvolvendo o Programa RS Rural.

Nesse município, pretendia-se plantar 26.000 mudas entre os anos de 1999 e 2003, porém com a incorporação das áreas da costa do rio Uruguai, onde a Promotoria Pública decretou a aplicação do Termo de Ajustamento de Conduta aos proprietários destas áreas, foram plantadas mais de 121 mil mudas e cadastrados 219 produtores rurais com o apoio da Prefeitura Municipal, EMATER, e das escolas: E.M.E.B. Maurício Cardoso e E.M.E.F. Esquina Londero.

Ressalta-se que o Projeto Garabi-Itá posicionou-se contra a aplicação do Termo de Ajustamento de Conduta por entender que este se contrapõe aos princípios do trabalho de conscientização das comunidades. Esse Termo estabeleceu que os produtores rurais proprietários de áreas de mata ciliar, próximas à costa do rio Uruguai, deveriam efetuar o plantio para reposição da mesma.

Diante dessa situação, o projeto se dispôs, então, a doar as mudas e a realizar um trabalho de conscientização dos produtores rurais e suas famílias, no sentido de comprometê-los com o desenvolvimento das mudas e principalmente fazê-los sentirem-se importantes no processo de recuperação do ambiente da comunidade.

Eugênio de Castro

No município de Eugênio de Castro, o Projeto Garabi-Itá atuou no lajeado Marmeleiro, no lajeado Verdum e nas microbacias do arroio Marcondes e Varejão, onde pretendeu plantar 30.800 mudas. Para tanto, contou com o apoio da Prefeitura Municipal, e da EMATER, além das seguintes escolas: E.M.E.F. Teodorico Alves Teixeira, E.E.E.F. Sesquicentenário e E.M.E.F. Júlio de Castilhos. Desenvolveu ações de educação ambiental e compensação florestal que buscaram envolver a comunidade.

Ijuí

Em Ijuí, o Projeto Garabi-Itá atuou no arroio Espinho com o objetivo de plantar 12.600 mudas nos quatro anos de trabalho. Nesse município, o trabalho aconteceu com o apoio da UNIJUÍ e da E.E.E.F. Souza Lobo. Essas instituições foram fundamentais para a execução das ações de educação ambiental e compensação florestal previstas. Mesmo sendo esse o município a sede do projeto, isso em nada favoreceu o trabalho de aceitação do mesmo pelas pessoas da comunidade, ou seja, todo trabalho de educação ambiental foi feito na íntegra pela escola Souza Lobo que, desde o início, apoiou a iniciativa.

Panambi

Nesse município, o Projeto Garabi-Itá atuou no arroio Moinho e nas microbacias da Esquina Handt e Linha Serrana, onde se pretendia efetuar o

plantio de 50.000 mudas nos quatro anos. Para tanto, contou com o apoio da Prefeitura Municipal, EMATER, COTRIPAL, e das escolas: E.M.E.F. Bom Pastor, E.M.E.F. Conrado Doeth, E.M.E.F. Paulo Freire, E.M.E.F. Hermam Faulhaber e E.M.E.F. Maurício Cardoso. Essas entidades colaboraram no desenvolvimento das ações de educação ambiental e compensação florestal previstas para esse município com o objetivo de envolver a comunidade no Projeto.

Santo Ângelo

Em Santo Ângelo, o Projeto Garabi-Itá atuou no arroio Itaquarinchim, nas microbacias São João, São José, Buriti e no Arroio do Meio. Nesse município, o objetivo era plantar 94.000 mudas. Por isso, contou com o apoio da Prefeitura Municipal, EMATER, SMEC, DEFAP, CONDEMA e das escolas: E.E.E.F. Laurindo Piccoli, E.E.E.F. Buriti, E.M.E.F. Nossa Senhora Aparecida e E.M.E.F. Santo Tomás de Aquino. Nesses quatro anos do projeto essas entidades foram responsáveis pela efetivação do plantio e das ações de conscientização da comunidade.

São Martinho

Nesse município, o Projeto Garabi-Itá atuou no lajeado Taborda e nas microbacias da sanga Lorenz onde pretendia plantar 25.600 mudas em quatro anos. Para tanto, contou com a colaboração efetiva da Prefeitura Municipal, EMATER, CORSAN e das escolas: E.M.E.F. José Pedro Schimith, E.M.E.F. Pe. Antônio Michels, E.E.E.F. Monteiro Lobato e E.E.E.B. São Martinho para desenvolver ações de educação ambiental e compensação florestal envolvendo as comunidades rurais, a ponto de tornar o Garabi-Itá em um projeto do próprio município.

4.1.2. A compensação florestal

Para a realização do trabalho de Compensação Florestal, inicialmente foram levantadas áreas para a efetivação dos plantios, considerando os recursos naturais existentes em cada município, sendo, então, selecionadas as áreas compostas de mata ciliar ² encontradas em situação de degradação. Diante da situação ambiental encontrada, foram selecionadas espécies, que mais bem se adaptam às condições do local e à necessidade de recuperação da vegetação ciliar dos municípios. O modelo pré-estabelecido compõe-se de espécies nativas como: pioneiras, secundárias e reprodutoras a sombra. (Lucchese Ayub, Coelho & Fabrício, 1999, p. 27).

Além disso, esse trabalho abrangeu desde a coleta de sementes e produção de mudas pelo Viveiro Regional de Produção de Mudas Florestais, pertencente ao Projeto Regional de Reflorestamento e Recuperação Ambiental, com sede no IRDeR, localidade de Boca da Picada, município de Augusto Pestana/ RS, até a distribuição das mudas nos locais em que foram plantadas.

A Equipe de Técnica do Projeto, ao longo dos quatro anos, monitorou os plantios, bem como acompanhou o desenvolvimento das mudas com a colaboração dos produtores rurais, que aderiram ao trabalho espontaneamente. Além de oferecer as mudas, os insumos e os mecanismos necessários para o plantio e desenvolvimento das mudas, a equipe sempre prestou assistência técnica para os produtores rurais, com o objetivo de estabelecer uma relação de comprometimento tanto do Projeto Garabi-Itá, como desses produtores com a recuperação do ambiente.

O fluxograma a seguir apresenta as atividades desenvolvidas pela Equipe Técnica do Projeto, bem como a sua forma de intervenção junto às comunidades rurais.

² De acordo com Coelho (2000, p. 20), mata ciliar é a formação florestal localizada junto às margens dos rios, arroios, nascentes, lagunas, reservatórios artificiais e outros corpos d' água. Diferencia-se em maior ou menor grau de vegetação mais afastada da água, e pode receber diferentes denominações de acordo com a situação ecológica, tais como mata de várzea, mata de galeria, mata ripária (Mantovani, 1989). A mata ciliar é protegida como área de preservação permanente de acordo com a legislação florestal (Código Florestal: lei 4.771 de 1965).

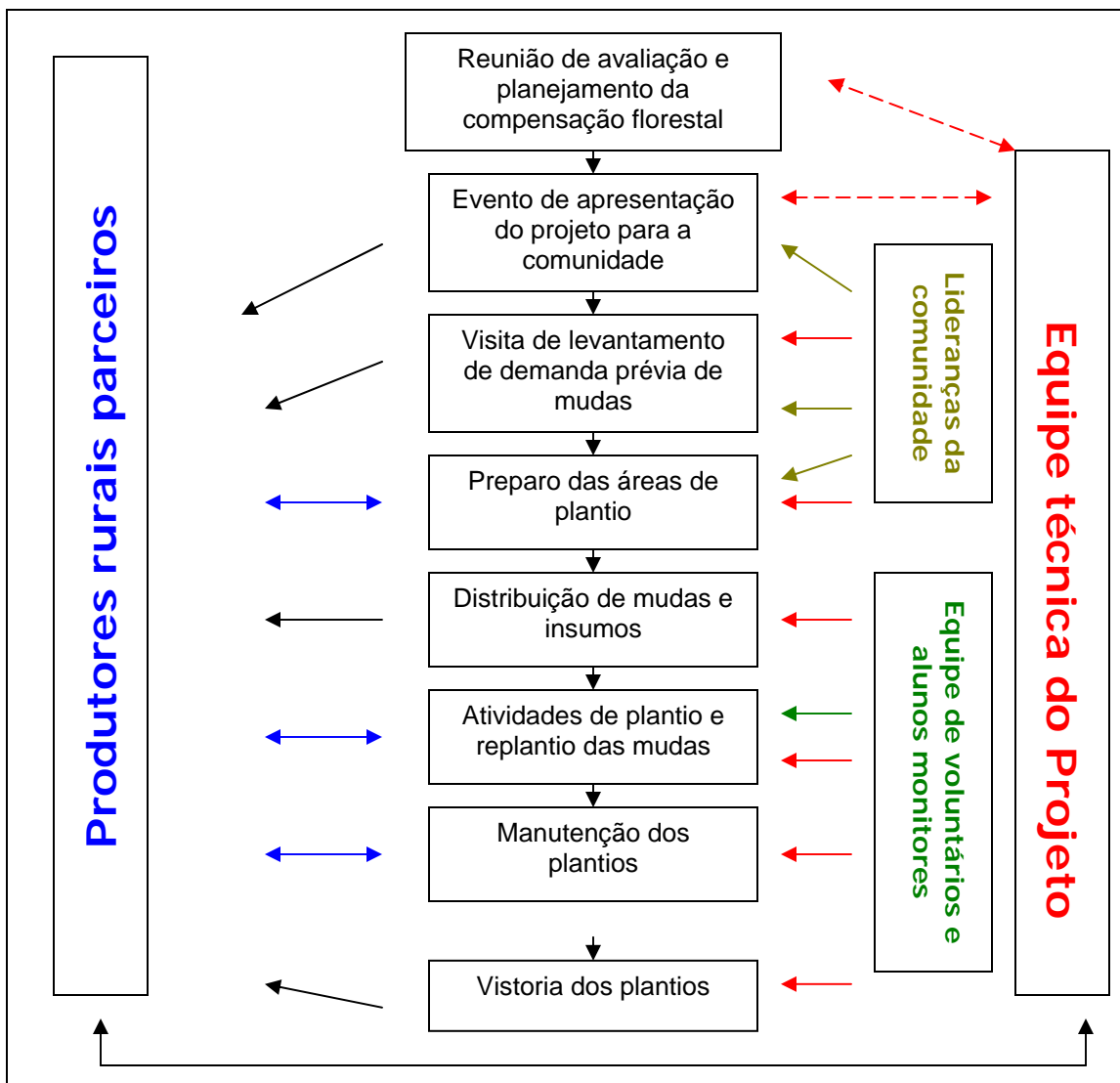


Figura 03: Fluxograma de execução das ações de compensação florestal nos municípios de atuação do Projeto Garabi-Itá.

Dessa forma, com o apoio das Comissões Municipais de Apoio, lideranças locais e escolas rurais, a equipe trabalhou de modo a oferecer recursos aos produtores rurais, para que os mesmo reconhecessem a situação ambiental local. E, a partir disso, com o apoio de ações de educação ambiental a instrumentalizá-los, fomentaram dessa forma, a participação da comunidade em ações concretas de plantio e, principalmente, os tornaram vetores e formadores de opinião do local, preocupados com o alcance da meta do Projeto Garabi-Itá.

Concomitantemente à compensação florestal, realizou-se um trabalho de educação ambiental fomentando o processo de conscientização das pessoas envolvidas no projeto. O engajamento das comunidades contou com a participação das escolas e entidades municipais, pelas quais estimulou-se a participação dos produtores rurais no Projeto, viabilizando a conscientização e preservação da mata ciliar.

4.1.3. A educação ambiental

O trabalho de educação ambiental consistiu um processo de conscientização e instrumentalização das pessoas envolvidas no projeto, de acordo com a demanda da compensação florestal. Para tanto, foi fundamental o envolvimento integral das comunidades rurais pelos produtores rurais, com as escolas entidades municipais facilitando o processo de mobilização das pessoas em torno de uma só causa.

Segundo Meller, “entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimento, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à saúde, qualidade de vida e a sua sustentabilidade” (2002, p. 15).

Nesse sentido, a Educação Ambiental, serviu de percurso para a concepção das ações de compensação florestal, contemplando um objetivo maior, ou seja, contribuir para a formação de uma consciência preservacionista. Como afirma Medina, a “Educação Ambiental é um grande instrumento para esse processo de construção de uma nova sociedade, de novas identidades sociais e éticas, democráticas, que construiremos se realmente acreditarmos e pensarmos que existe um futuro potencial para nós mesmos e para o resto da humanidade” (2000, p.123).

A educação ambiental no processo de implementação do Projeto Garabitá se compôs em três fases, conformes descritas a seguir:

- Fase de sensibilização: consistiu em criar mecanismo para demonstração da realidade local à pessoa da comunidade e, a partir disso, esperar que os mesmos adotassem uma posição em relação ao futuro ambiental do local;
- Fase de instrumentalização: nesta fase, foram levados conhecimentos científicos para explicar o que levou à degradação ambiental e as possíveis soluções para promover a troca com experiências e conhecimento dos produtores rurais acerca dos problemas locais;
- Fase de ação: a partir do reconhecimento da realidade local e pensadas estratégias para recuperação do ambiente, parte-se, então, para a ação. Viabiliza-se, dessa forma, a participação dos produtores rurais desde o planejamento ao replanejamento dessas ações, a partir da visualização dos resultados obtidos.

Diante desse contexto, Meller afirma que a educação ambiental para o Projeto Garabi-Itá representou

“a incorporação das dimensões éticas, sociais, econômicas, ecológicas, científicas, tecnológicas, culturais e políticas, que levando à compreensão da complexidade do ambiente, enquanto uma rede de relação na qual o ser humano é parte integrante. Tratar a questão ambiental abordando apenas um dos seus aspectos seria praticar o mais ingênuo reducionismo, sem um efeito prático desejado na solução dos problemas ambientais” (2002, p.17).

Sabe-se, porém, que, além destas três fases, a educação ambiental, conforme dito anteriormente por Medina, serve como instrumento de construção da cidadania. Mas, essa fase só se inicia a partir do momento em que as comunidades aceitam e assumem a causa como algo próprio, fazendo do trabalho um caminho para o seu desenvolvimento social e, conseqüentemente, para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

As atividades de mobilização e sensibilização compreenderam desde apresentações dos objetivos e justificativa do projeto, com grupos de pessoas potencialmente interessadas no reflorestamento, até as reuniões diretamente com grupos de produtores. Já as atividades de discussão do conhecimento foram encaminhadas a partir das anteriores, culminando com o envolvimento de

alunos de escolas, em cursos de instrumentalização, e de professores e representantes da comunidade.

Assim, as ações começaram a ser implementadas quando as lideranças da comunidade e das escolas envolvidas iniciaram o trabalho, juntamente com os técnicos da Equipe de Trabalho do Projeto, consolidando-o com práticas de plantio.

O fluxograma abaixo apresenta, o processo de implementação das atividades de educação ambiental, de forma a contemplar os objetivos da compensação florestal e, principalmente, do projeto.

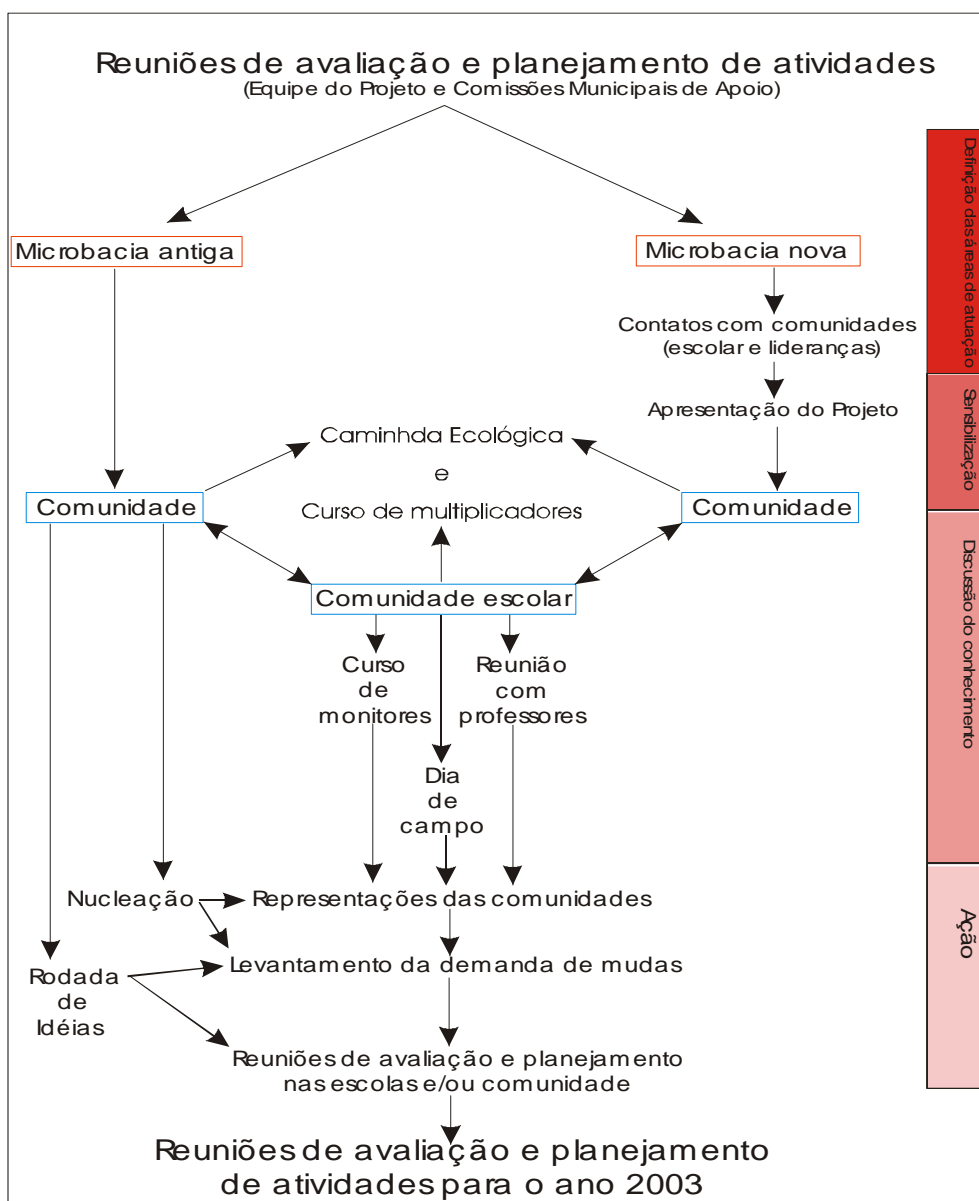


Figura 04: Fluxograma de execução das ações de educação ambiental nos municípios de atuação do Projeto Garabi-Itá.

Como podemos observar, o trabalho de educação ambiental foi sistematizado de forma cíclica, porém aconteceram de forma diferenciada em cada município devido ao grau de interesse e participação das comunidades rurais. Nas microbacias em que o Projeto iniciou o trabalho em 1999, foi necessário uma ação mais intensa, com o objetivo de, não apenas envolver os produtores rurais no projeto, mas, principalmente, dar credibilidade à proposta do Projeto Garabi-Itá, até então uma novidade para o local. Já com as comunidades inseridas em 2001, esse processo foi facilitado, pois o projeto já era reconhecido pela região. Dessa forma, a educação ambiental pôde contar com participação efetiva do local.

Como já mencionamos, além da educação ambiental foram desenvolvidas ações de comunicação no sentido de contribuir para a inserção do Projeto Garabi-Itá e, principalmente, para promover a criação de uma identidade das comunidades com o projeto, facilitando o processo de aceitação do mesmo.

4.1.4. A comunicação rural

No caso do Projeto Garabi-Itá, outros pontos merecem ser abordados, pois contribuíram para a aceitação e implementação do mesmo, como o processo de comunicação adotado pela Equipe de Trabalho do Projeto. Por meio da comunicação rural, este projeto buscou relacionar-se com as comunidades atingidas, facilitando, assim, sua inserção enquanto proposta nova de transformação da realidade local. Além disso, a comunicação rural viabilizou também meios para transformar uma causa individual ou legal em causa interesse das comunidades.

Aliada à Educação Ambiental, a comunicação cooperou para a aceitação do Projeto pelas comunidades rurais, tornando-se meio para a socialização dos interesses das partes envolvidas. Segundo Callou e Santos, “a perspectiva do desenvolvimento local incorporado à comunicação rural, redefiniu esta atividade,

tornando-a instrumento viabilizador de fórum locais com capacidade de definir e gerenciar políticas de desenvolvimento.” (INTERCOM, 2002).

Além disso, a comunicação rural contribuiu para que o debate sobre a questão ambiental e desenvolvimento local fosse promovido com e pela própria comunidade. A partir dessa discussão, foram planejadas ações concretas para que a coletividade assumisse o compromisso com a transformação da realidade local.

De acordo com Peruzzo, “a participação da população nas decisões... implica o exercício do poder em conjunto, de forma solidária e compartilhada, como participação-poder... ela leva à co-responsabilidade pelo que é feito. Não é concedida, mas conquistada, realizando-se tanto nas decisões como na execução e nos resultados” (2002, p.77).

As estratégias de comunicação foram fundamentais também para a formação da identidade não só do projeto, mas, principalmente, dos atores sociais envolvidos, despertando nestes o sentimento de pertencimento a um determinado grupo. De acordo com Tohmson “a identidade coletiva é o sentido que cada um tem de si mesmo como membro de um grupo social ou coletividade; é um sentido de pertença, de ser parte de um grupo que tem uma história própria e um destino coletivo” (*apud* Henriques, 2002, p.70).

O mesmo autor nos diz, ainda, que “as identidades coletivas não possuem um formato pré-definidos; são parcialmente formadas no processo comunicativo de interação com os outros” (2002, p. 70). Diante da perspectiva em que o projeto buscou criar sua identidade, por meio dos materiais de divulgação, mostrou a figura de pessoas da comunidade em vídeos de instrumentalização, feitos com a participação de produtores rurais e seus filhos.

Dessa forma, na medida em que o trabalho foi sendo realizado, institucionalizaram-se os processos comunicacionais entre as comunidades pela da auto-identificação com a coletividade. Segundo Henrique, cabe à comunicação “articular valores e símbolos no processo de construção da identidade de um movimento, estabelecendo de uma maneira mais estruturada a produção destes símbolos, de forma a orientar e gerar referências para

interação dos indivíduos, possibilitando a existência de um sentimento de reconhecimento e pertencimento que seja capaz de torná-los co-responsáveis” (2002, p. 73).

No fluxograma da comunicação são apresentadas algumas estratégias adotadas pelo Projeto Garabi-Itá, que contribuíram para aceitação do Projeto pelas comunidades pela identidade visual e institucional que promoveram do mesmo.

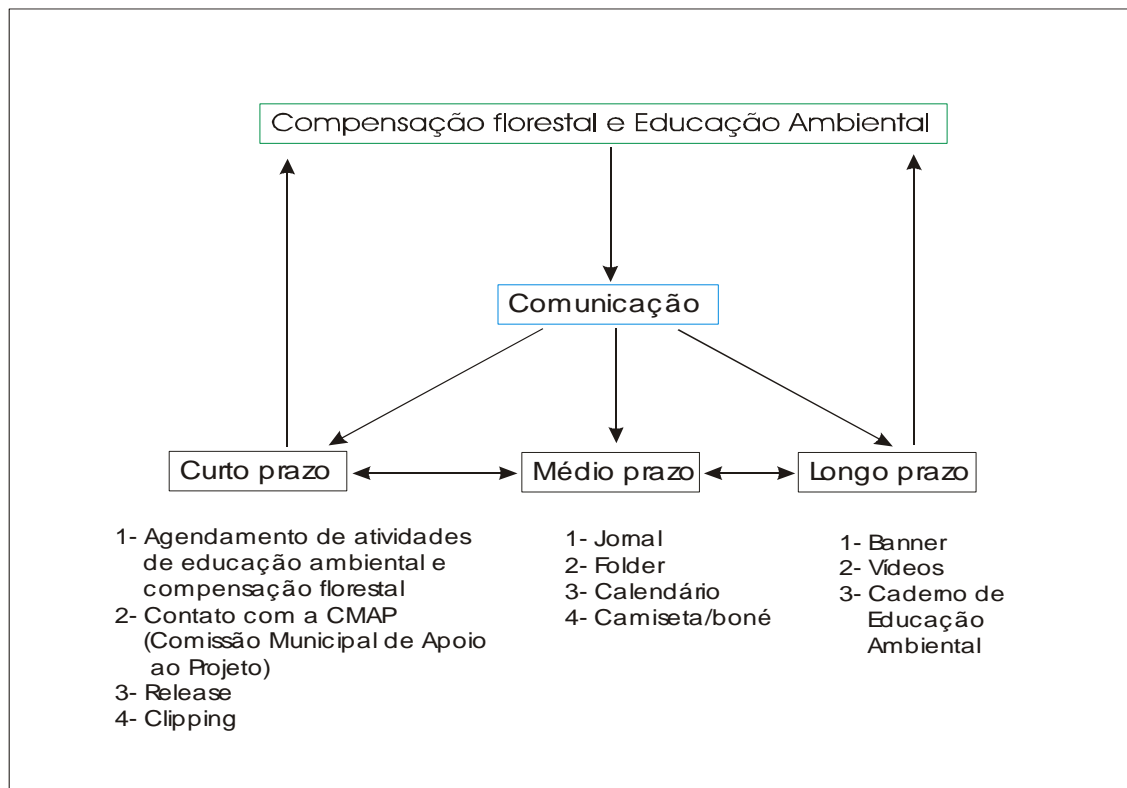


Figura 05: Fluxograma das estratégias de comunicação

Foram elaborados diversos materiais de comunicação institucionais e informativos como o Jornal Ambiente Vivo, criado especialmente para registrar e refletir a evolução do projeto, num total de 12 edições, com uma tiragem de 180 mil exemplares. Foram confeccionados *folders* institucionais e instrutivos, um Caderno de Educação Ambiental distribuído para escolas rurais, além de 16 vídeos institucionais e educativos que contaram com a participação de produtores rurais e da comunidade escolar. Destaca-se, ainda, a campanha “Garabito e Você – amigos do ambiente”, marcada pelo lançamento de um CD

com histórias de temática ambiental narradas pelo Garabito, mascote do Projeto, além de materiais promocionais como camisetas, bonés, *banners*, cartazes, calendários, *folders*, tudo visando à divulgação do projeto entre as comunidades rurais, bem como a criação de uma identidade projeto – comunidades rurais.

É importante ressaltar que, além da participação das escolas e produtores rurais na implementação dessas estratégias, foi fundamental o apoio recebido pela imprensa regional, na veiculação, distribuição e divulgação desses materiais.

4.2. A SISTEMATIZAÇÃO DO PROJETO GARABI-ITÁ

4.2.1. Características dos produtores rurais

Os produtores rurais entrevistados e a amostra estudada obedeceram aos critérios definidos na metodologia deste trabalho. Fizeram parte da pesquisa, 57 produtores rurais pertencentes às trinta localidades abrangidas pelo Projeto.

Estes 57 produtores rurais entrevistados representam apenas uma parte dos 544 produtores rurais que participaram do Projeto juntamente com suas famílias, bem como das escolas e entidades dos municípios. Houve o envolvimento de 8.779 mil pessoas, nas mais diversas ações de compensação florestal e educação ambiental desenvolvidas nas comunidades.

Com relação à faixa etária dos produtores rurais, a idade mais alta é de 74 anos, e a mais baixa de 29 anos, resultando em uma média de idade entre os produtores de 48 anos. A maior parte dos envolvidos possuem idade entre 41 e 50 anos (43,8%), seguidos por aqueles com idade entre 51 e 60 anos (24,6%), os de faixa superior a 60 anos (17,5%), os de 31 a 40 anos (8,8%), e os menores de 30 anos de idade (5,3%).

Nesse caso, foi avaliada apenas a faixa etária dos produtores rurais cadastrados pelo Projeto Garabi-Itá. A partir daí, podemos observar que o projeto foi aceito por pessoas de meia idade, em sua maior parte, apontando,

possivelmente, para o fato de que os filhos desses produtores ainda permanecem na propriedade auxiliando nas atividades agrícolas, bem como freqüentam as escolas em que o projeto intensificou o trabalho de educação ambiental.

Com relação ao número de integrantes do grupo familiar, podemos observar que a média de integrantes por família é de quatro pessoas, sendo que a maior família possui sete integrantes e a menor possui apenas uma pessoa. Percebe-se, assim, que os filhos ainda permanecem na propriedade.

Quanto à escolaridade dos produtores rurais parceiros do Projeto Garabi-Itá, a grande maioria não concluiu o primeiro grau (59,6%), seguidos por 15,8% de pessoas com primeiro grau completo; 14,1% com o segundo grau completo; 5,3% com o segundo grau incompleto; 3,5% pessoas não foram alfabetizadas, e, ainda, 1,7% que representa o percentual de pessoas com terceiro grau completo, ou seja, apenas um dos produtores rurais entrevistados possui o 3º grau completo.

Desses produtores rurais, apenas 5,3% são aposentados, e 14% possuem outras atividades que não são desenvolvidas na propriedade rural, ou são ligadas a outros setores que não o agrícola. E 80,7% dos produtores rurais, ou seja, a maioria trabalha apenas na propriedade, sobrevivendo da produção agrícola e pecuária do local, predominando dessa forma, a agricultura familiar de subsistência nas áreas de atuação do Projeto Garabi-Itá.

Com relação ao tamanho das propriedades rurais dos produtores entrevistados, podemos observar que a maior área é de oitenta hectares, e a menos é de um hectare. Já a média entre todas as propriedades é representada por vinte e dois hectares. Além dessas áreas, a maioria (57,9%) não possuem outras áreas. Assim, os produtores rurais parceiros do Projeto Garabi-Itá, em grande parte se caracterizam por serem pequenos agricultores que produzem o necessário para sustento da família e auxílio da mesma.

Podemos constatar, também, que entre o grupo dos 42,1% produtores que possuem outras áreas além das cadastradas pelo Projeto Garabi-Itá, 54,2% possuem outras áreas que são próprias, e 45,8% possuem outras áreas

arrendadas. É importante ressaltar que, nessas áreas, estes produtores não efetuaram plantio de reposição ciliar.

Ainda em relação às propriedades rurais parceiras, 87,7% dessas propriedades possuem áreas de preservação permanente, e apenas 12,3% não possuem áreas de preservação permanente, o que demonstra a preocupação com o grau elevado de degradação ambiental das microbacias abrangidas pelo Projeto Garabi-Itá. Dentre o percentual de 87,7% de propriedades com áreas de preservação permanente, a maior área cadastrada foi de dez hectares e a menor área foi de apenas 0,10 hectares. A média é de dois hectares de área de preservação permanente por propriedade cadastrada.

4.2.2. A relação do Projeto Garabi-Itá com as comunidades

Por meio da entrevista realizada com os produtores rurais, procuramos identificar a relação construída entre o Projeto Garabi-Itá e os produtores rurais parceiros, contemplando, dessa forma, os objetivos dessa pesquisa. Ressaltamos que a intenção da forma como serão apresentados os dados aqui presentes não é de quantificar as informações, mas de dar uma dimensão ou proporção para as análises avaliativas descritas a seguir.

Nesta etapa, podemos observar e destacar alguns aspectos relevantes para a sistematização deste projeto.

Buscamos, inicialmente, identificar a forma como os produtores rurais e suas famílias geralmente participam da vida em comunidade. De acordo com a pesquisa realizada, 30,7% dos produtores rurais e suas famílias participam de atividades ligadas à igreja ou capela da localidade. Seguem-se 23,1% que responderam participar de reuniões da comunidade, 21,9% responderam que participam do núcleo de cooperativas, 6,5% participam da organização de festas e feiras e, por fim, apenas 1,2% participam de projetos e ações municipais. Diante desses dados, podemos constatar que esses produtores rurais estão muito unidos pela religião, responsável por promover a união do grupo, no local.

Por outro lado, de certa forma, demonstram ser pouco receptivos a ações externas, como por exemplo, projetos do município.

A partir dessa constatação, procuramos saber como esses produtores rurais conheceram o Projeto Garabi-Itá, e 26,1% responderam que foi por meio da Equipe de Trabalho do Projeto, e 26,1% responderam através das entidades municipais e prefeitura municipal. Dos demais, 18,5% conheceram através dos meios de comunicação (jornal, rádio, televisão...); 15,4% pela escola dos filhos e 13,8% nas reuniões da comunidade e conversas com os vizinhos.

Com isso, verificamos que a forma de intervenção do Projeto Garabi-Itá esteve alicerçada em seu próprio esforço e, principalmente, no apoio recebido pelas entidades de cada município parceiro. Já a divulgação feita pelos meios de comunicação locais e das escolas, bem como nas reuniões da comunidade contribuíram para despertar, ao menos, a curiosidade e o interesse dos mesmos.

Assim, buscamos verificar as condições que levaram esses produtores rurais a tornarem-se parceiros do projeto, constatando, então, que 32,6% se preocupam com a preservação do ambiente, seguidos de 25,7% que consideraram a proposta do projeto adequada à realidade do município. Do restante, 24,3% responderam, que mesmo antes do início do projeto, já pretendiam reflorestar suas áreas, 11,4% participaram por curiosidade e, principalmente, devido à aplicação do Termo de Ajustamento de Conduta. No caso do município de Doutor Maurício Cardoso, 2,9% participaram porque toda a comunidade estava participando e 2,9% participaram por influência dos filhos que participaram por intermédio da escola.

Diante desses dados, observamos dois fatores importantes: o primeiro, de que os produtores já estavam preocupados com a preservação do ambiente local, e que, nestes casos, o Projeto Garabi-Itá contribuiu para o primeiro passo no trabalho de recuperação ambiental. E, segundo, que esses produtores são pouco participativos quando exigida a integração do grupo e o comprometimento com o bem-estar da coletividade.

Isso se comprova também com relação à tomada de decisão em participar do Projeto Garabi-Itá, influenciada, na maioria dos casos, pela esposa e pelos filhos, ou seja, 45,3% tomaram a decisão juntamente com o grupo familiar. Já 26,7% responderam que essa decisão foi própria ou influenciada pela Equipe de Trabalho do Projeto, 14,0% resolveram participar porque o vizinho estava participando e fez o convite, 9,4% participaram porque as entidades municipais incentivaram e 4,6% porque a escola através dos filhos incentivou sua participação. Mais uma vez, podemos observar que o grau de interesse desses produtores por ações que exija o envolvimento com e na coletividade é baixo, ou seja, há uma tendência de trabalhar com a família na propriedade visando apenas ao seu próprio desenvolvimento. Constatou-se, ainda, que a mulher juntamente com os filhos, tem grande poder de influência sobre a decisão do chefe da família, no caso o produtor rural.

No caso do Projeto Garabi-Itá, 86% das famílias participaram juntamente com os produtores rurais das ações de compensação florestal e educação ambiental, e apenas 14% não participaram. No entanto, 40% das esposas dos produtores entrevistados participaram das atividades de plantio desenvolvidas na propriedade, elas em muitos casos, responsáveis pela manutenção dos plantios. Já 13,8% participaram do projeto em reuniões promovidas com o grupo de mães da comunidade e 13,8% das reuniões de avaliação e planejamento e, ainda, 9,2% pela escola dos filhos. É importante destacar que 23,1% não participaram em nenhum momento do projeto. Diante disso, constatamos que a participação da mulher ficou reduzida ao âmbito da propriedade.

Já a participação dos filhos aconteceu tanto fora da propriedade (37,9% participaram pela escola), quanto internamente, pois 30,1% participaram das ações de plantio e replantio das mudas na propriedade. E, ainda, 15,2% participaram dos cursos de monitores promovidos pelo Projeto Garabi-Itá, e 6,1% das reuniões de avaliação e planejamento. Convém lembrar que 10,6% não participaram em nenhum momento. Esses dados mostram que, em relação aos filhos, foram estes os responsáveis pelo envolvimento dos pais com o projeto em virtude do incentivo e apoio da escola. O curso para monitores foi

realizado nas escolas com vista a formar pessoas capacitadas a orientar e atender às necessidades básicas dos produtores rurais parceiros do projeto na ausência de um técnico do mesmo para a prestação de assistência ao plantio e manutenção dos mesmos.

Podemos observar, também, que o projeto se caracterizou como uma proposta pioneira nos locais em que atuou ao longo dos quatro anos, pois 87,7% dos produtores responderam que nunca haviam participado de um projeto desse cunho, e apenas 12,3% já haviam participado de projetos de reflorestamento, porém com uma proposta de reposição florestal com vistas a retorno financeiro e sem um trabalho de conscientização desenvolvido pelo Projeto Garabi-Itá. Nesse caso, os produtores foram apenas receptores, ou seja, não houve envolvimento da família e nem comprometimento com o planejamento e com a sistematização dos resultados alcançados pelo projeto.

Ainda em relação a esses produtores, buscamos identificar qual a sua sistematização do Projeto Garabi-Itá, sendo que 33,3% responderam que o diferencial estava na assistência prestada, no trabalho de articulação dos plantios e disponibilização das mudas; 33,3% não souberam avaliar, ou fazer um comparativo. Já 22,2% não se interessaram pela proposta do projeto, mas plantaram as mudas por reconhecer o grau elevado de degradação ambiental de suas propriedades. Além desses, 11,1% destacam que o Projeto Garabi-Itá possibilitou a sua participação em todas as etapas do trabalho o que não havia sido possível em outros projetos.

Essas informações demonstram o baixo grau de interesse dos produtores rurais por ações desenvolvidas por instituições externas à comunidade e que exijam sua contribuição e envolvimento em benefício da coletividade.

Com relação à participação dos produtores rurais parceiros nas ações propostas pelo Projeto Garabi-Itá, constatamos que houve equilíbrio entre as ações de compensação florestal e as de educação ambiental. Do total de produtores, 21,6% participaram das reuniões com núcleo de produtores, 15,8% dos dias de campo, 12,9% das reuniões de avaliação e planejamento, 11,1% auxiliaram na divulgação do projeto e de suas atividades, 10,5% da organização

das atividades de plantio, 7,0% visitaram as propriedades rurais para cadastramento de novos produtores, 6,4% participaram da distribuição das mudas, 6,4% das visitas às propriedades rurais para levantamento de demanda de mudas, 5,8% participaram das rodadas de idéias, 1,8% das caminhadas ecológicas e apenas 0,6% não participou em nenhum dos momentos.

Das atividades de que participaram, procuramos identificar, de acordo com a percepção dos mesmos, quais as mais importantes para a aceitação do Projeto Garabi-Itá conduzindo ao engajamento dos produtores no trabalho proposto. Dentre as atividades citadas, 24,1% consideram importantes às reuniões realizadas com os núcleos de produtores, seguidas de 10,4% apontaram as visitas às propriedades para levantamento de demanda de mudas, 10,4% destacaram as visitas às propriedades rurais para cadastramento de novos produtores como as atividades mais relevantes para o engajamento dos produtores. Já 18,9% consideram que os dias de campo foram fundamentais no processo de instrumentalização dos produtores rurais, 6,8% apontaram as rodadas de idéias como importantes para a participação dos produtores, seguidos de 3,4% que consideraram mais importante à organização das atividades de plantio; 3,4% escolheram as caminhadas ecológicas e 1,7% a distribuição das mudas. A partir dessas informações, observamos que os produtores sentiam-se mais à vontade e interessados pelo projeto, à medida que as ações eram desenvolvidas na própria comunidade e planejadas em pequenos grupos de produtores vizinhos.

Por meio dessas percepções, buscamos identificar a forma como os produtores participaram do Projeto Garabi-Itá, sendo que a maioria, ou seja, 37,8% dos produtores não participaram do planejamento e execução das atividades de plantio e educação ambiental, mas foram favorecidos por estas com o auxílio da comunidade, principalmente das escolas. Seguiram-se 17,6% que participaram da organização dos plantios, 16,2% na organização das atividades de educação ambiental; 12,2% auxiliaram na divulgação do projeto e suas atividades na comunidade. Já 9,5% participaram constantemente da avaliação e replanejamento das atividades realizadas, sendo que 4,0%

participaram das visitas às propriedades para cadastramento de novos produtores, 1,3% participaram das visitas para levantamento de demanda de mudas e apenas 1,3% participaram do planejamento, no entanto, sem participar da execução das ações. Diante desses dados, observamos que, em alguns casos, os produtores apenas doaram suas áreas para o plantio, o que foi feito pelos alunos das escolas rurais parceiras do projeto, que assumiram o compromisso com a manutenção dos plantios, no lugar dos proprietários das áreas. Outros, porém, buscaram se engajar em diferentes momentos, tanto no planejamento, como na execução e avaliação das atividades.

Considerando a contribuição do projeto no processo de conscientização dos produtores, 100% dos entrevistados afirmaram que seu comportamento mudou em relação à preservação do ambiente, pois 46% pretendem dar continuidade ao trabalho de reposição florestal na propriedade, seguidos de 25,1% que pretendem divulgar a importância da preservação ambiental para o desenvolvimento local. Já 11,6% participarão de outros projetos e 11,6% afirmam que irão apoiar outras iniciativas do município, da escola e da comunidade. No entanto, apenas 5,7% pretendem participar mais da vida em comunidade o que revela o caráter individualista de alguns produtores que apresentaram resistência às ações e ao projeto por sua proposta integradora.

Como uma das intenções do Projeto Garabi-Itá, era tornar-se um projeto piloto para o local, e a partir deste, outros trabalhos fossem desenvolvidos na comunidade, buscamos identificar as condições necessárias para que os produtores participassem de outros projetos semelhantes. Nesse ponto, a maioria (57,5%) apontou para a necessidade de disponibilizar as mudas, insumos e demais equipamentos para o plantio e manutenção das mesmas. Já 17,8% responderam que esse projeto deverá possibilitar a participação do produtor em todas as suas etapas, seguidos de 10,9% que consideram necessário disponibilizar apenas a assistência técnica e 5,5% que seja disponibilizada a mão-de-obra para o plantio.

Com isso, observamos que realmente faltam iniciativas deste cunho direcionadas às comunidades rurais, pois apenas 8,2% dos entrevistados

consideram importante remunerar ou indenizar os produtores que dispuserem de suas áreas para o plantio, uma vez que consideram que estarão perdendo áreas produtivas. Entretanto, por mais entraves que existem em cada localidade, há uma pré-disposição em gradativamente tornarem-se mais ativos com relação a propostas externas ou do próprio município e preocupação desses produtores com o futuro do ambiente e, principalmente, de sua propriedade.

O Projeto Garabi-Itá buscou formar parcerias com as escolas rurais para transformar os alunos em vetores do trabalho em suas residências, incentivando os pais, no caso produtores rurais, a se engajar no trabalho. Em sua avaliação, a maioria (48,0%) considerou que as escolas desenvolveram um papel muito importante no processo de sensibilização e mobilização dos produtores. Já 42,0% acreditam que as escolas não mobilizaram os produtores, porque as ações foram realizadas sem participação deles e 10,0% afirmam que foi pela parceria projeto-escola que houve a aproximação das famílias à escola dos filhos. Assim, em muitos casos, os alunos foram responsáveis por tornar o Projeto Garabi-Itá presente no cotidiano das famílias. Em contrapartida, esse projeto contribuiu para o fortalecimento de elos entre a família e a escola, corroborando não apenas para a recuperação ambiental da comunidade, como também para tornar a escola um espaço de interação entre pais, filhos e comunidade.

Já com relação às entidades municipais que apoiaram o projeto por meio das Comissões Municipais de Apoio formadas já no início do trabalho, 50,9% acreditam que as entidades deveriam ter participado mais do projeto interagindo com a comunidade; 27,3% consideram que a participação das entidades foi boa, pois foi assim que a Equipe de Trabalho teve acesso aos produtores, e 21,8% acreditam que foi muito boa a participação das entidades, pois foi possível mobilizar e sensibilizar os produtores pelo apoio recebido por estas com relação ao projeto.

Dentre as entidades parcerias, os entrevistados destacaram que a Prefeitura Municipal (34,8%) e a EMATER (34,8%) deveriam ter participado e apoiado o projeto com mais intensidade, seguidos de 10,9% que apontaram

para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e 10,9% para o fato de que todas deveriam ter se engajado com mais efetividade, e, ainda, 8,7% destacaram a pequena participação da Secretaria Municipal de Agricultura, sendo que a CORSAN não foi mencionada pelos produtores rurais entrevistados.

Diante dos principais objetivos do Projeto Garabi-Itá, de efetuar o plantio de 280 mil mudas de árvores e contribuir para o processo de conscientização e desenvolvimento local, de acordo com os entrevistados, o projeto foi considerado importante para a família e para comunidade, pois fomentou o trabalho de conscientização quanto à necessidade e importância de preservar o ambiente da comunidade (50,0%), sendo que 34,4% consideram que o projeto possibilitou a valorização da propriedade, já 7,8%, porque contribuiu para a que as entidades do município participassem mais da vida das comunidades, 4,7% porque possibilitou a participação da comunidade em todas as suas etapas transformando o projeto em ação da comunidade, e 3,1% porque viabilizou a aproximação da família às escolas dos filhos.

Diante desses fatores, constatamos que os participantes do projeto estão preocupados com ambiente local e, principalmente, com o de sua propriedade. Porém, em nenhum momento estão dispostos a tomar frente desse trabalho, desenvolvendo uma ação comunitária e participativa no local. No entanto, com base nessas informações constatamos que o Projeto não conseguiu atingir seu objetivo em sua totalidade e sim de forma parcial, uma vez que os produtores assumiram um compromisso individual com o Projeto Garabi-Itá, desvinculando-se do trabalho que deveria ser feito com a coletividade.

Buscamos, ainda, identificar por meio desses produtores rurais, as razões determinantes pelas quais os demais não participaram do projeto, uma vez que todos foram convidados. Com relação a esse aspecto, 69,8% afirmaram que faltou interesse dos produtores por desconhecerem a realidade local. Seguiram-se 9,5% que acreditam que todos participaram dentro de duas possibilidades, Já 6,3% afirmam que faltou mão-de-obra, de acordo com 6,3%, faltou incentivo financeiro, 4,8% destacam que faltaram atividades de educação ambiental

específicas para os produtores e 3,2% afirmam que houve falta de incentivo do município.

No entanto, assistência técnica, equipamento para o plantio, divulgação e esclarecimento sobre a proposta do Projeto Garabi-Itá não foram apontadas como razões para o desinteresse dos produtores. Isso comprova a competência do trabalho desenvolvido pela Equipe de Trabalho nos quatro anos em que esteve presente nas comunidades rurais de sua abrangência.

Diante da realidade construída a partir da implementação do Projeto Garabi-Itá, a seguir abordaremos esses resultados de forma a avaliar o projeto, contemplando os objetivos desta pesquisa, identificando como ocorreu o processo de aceitação deste projeto, e de que forma o mesmo contribuiu para o desenvolvimento local, avaliando a importância da educação ambiental para esse trabalho, bem como de que forma possibilitou a participação os atores sociais para incentivar a cooperação da comunidade.

4.2.3. A sistematização do Projeto Garabi-Itá: do sonho a realidade

A partir da relação construída nos quatro anos de intervenção do Projeto Garabi-Itá com as comunidades, podemos então sistematizá-lo considerando os resultados alcançados com os seus objetivos iniciais. Assim, pela figura abaixo, buscamos sistematizar como o processo foi planejado e projetado, onde fica explícito o seu objetivo principal e o percurso feito até a meta final.

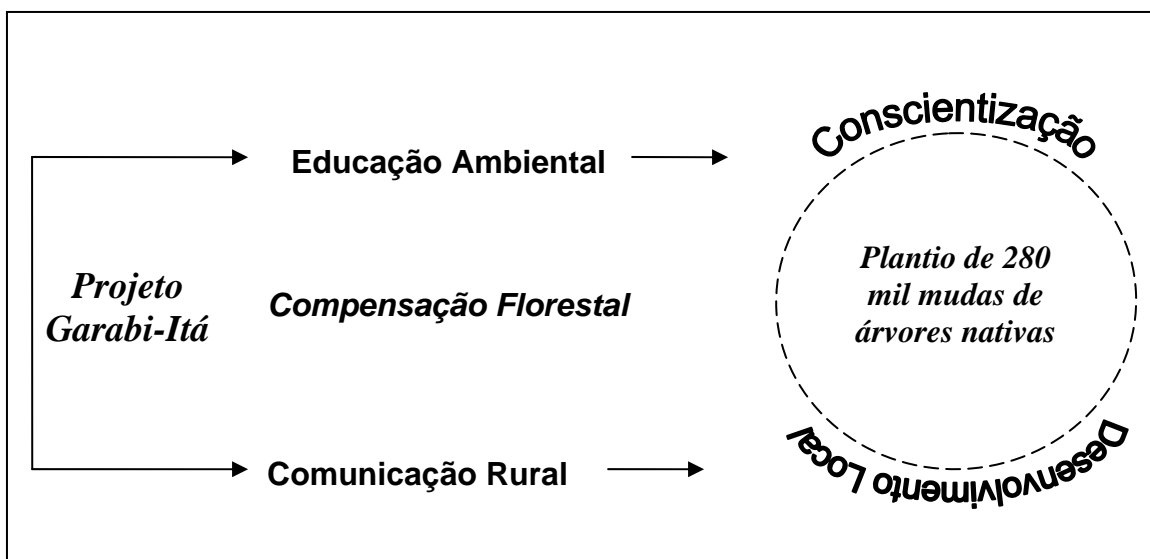


Figura 06: Fluxograma dos objetivos do Projeto Garabi-Itá nos quatro anos de trabalho.

Como podemos observar, o principal objetivo do projeto foi efetuar o plantio de 280 mil mudas de árvores nativas em mata ciliar, pela adesão espontânea dos produtores rurais proprietários das áreas pertencentes às microbacias de atuação deste projeto. Inicialmente, foram selecionados alguns pontos em cada município, e quais aos poucos, por necessidade de concretizar essa meta, foram sendo agregadas outras áreas e municípios.

Dessa forma, consideramos importante identificar o posicionamento dos produtores rurais, bem como da comunidade com relação ao Projeto Garabi-Itá, uma vez que, como apresentado no quadro abaixo, a meta de plantio foi alcançada, graças ao envolvimento e participação de 544 produtores rurais, além de suas famílias e pessoas não só da comunidade, como também de cada município parceiro do projeto.

Quadro 01: Número de produtores rurais parceiros e números de mudas plantadas em cada município de atuação do Projeto Garabi-Itá

Município	Nº de produtores rurais parceiros	Nº de mudas plantas
Ajuricaba	42	18.650
Bozano	29	14.155
Doutor Maurício Cardoso	217	121.615
Eugênio de Castro	36	9.520
Ijuí	13	12.315

Panambi	18	8.050
Santo Ângelo	57	51.630
São Martinho	97	30.800
Guarani das Missões	35	26.700
Total	544	293.435

Fonte: Equipe de Trabalho do “Empreendimento Linha de Transmissão Garabi-Itá – Projeto de Compensação Florestal no Estado do Rio Grande do Sul”, Relatório Semestral nº 08 de dezembro/ 2003.

Entretanto, como já podemos observar, esse objetivo principal para ser atingido, exigiu tanto do Projeto Garabi-Itá, como das centenas de pessoas que de alguma forma se envolveram com o projeto. Exigiu articulação do trabalho de compensação florestal com educação ambiental e comunicação rural, que, em primeiro lugar, buscou a conscientização³ das pessoas do local, para depois, então, comprometê-los com a recuperação do ambiente de suas propriedades. De acordo com Sorrentino (2000, p.127), compete às pessoas pensar na conservação ambiental considerando todo o contexto sócio-ambiental, de forma a se responsabilizarem pelo futuro do local e não apenas com a solução de um único problema.

Assim, com base nos dados da pesquisa, podemos identificar os resultados alcançados e avaliá-los de acordo com o propósito do Projeto Garabi-Itá.

Inicialmente, observamos que a aceitação do projeto aconteceu gradativamente à medida que os produtores rurais foram conhecendo a proposta de trabalho pelas estratégias de comunicação e educação ambiental, como também da interação da Equipe de Trabalho do Projeto por meio das entidades municipais e escolas rurais que deram credibilidade ao trabalho, criando identidade com o projeto.

De acordo com a pesquisa, fica explícito que os produtores resistem a novas idéias e, principalmente, a se envolver em ações comunitárias que visem melhorias para a sociedade. Num primeiro momento, isso se caracterizou como

³ Conscientização é um processo pelo qual os grupos passam a compreender as relações sociais que se estabelecem em um sociedade historicamente determinada e a atuar criticamente ao nível dessas mesmas relações, extrapolando os limites de uma associação (Murad, *apud* Silva, 2003).

entreve para o trabalho, pois essa resistência poderia dificultar o processo de engajamento dos produtores diante de tantas aspirações e interesses distintos. No entanto, de acordo com Henriques, o primeiro passo para trabalhar pela unificação destes interesses é entender que “a participação não é excludente ou discriminatória, de forma que as identidades que as pessoas assumem em suas perspectivas individuais não impedem de participar do processo mobilizatório, estabelecendo uma identidade coletiva. Em segundo lugar, o consenso necessário para a criação de uma identidade comum não implica a inexistência do conflito” (2002, p. 70).

Diante deste contexto, observamos que, apesar das diferenças apresentadas entre os produtores rurais de uma mesma localidade, e entre os municípios, o projeto buscou trabalhar de modo a respeitar valores, hábitos e comportamento implementando suas ações progressivamente, de acordo com os espaços abertos pelos produtores, respeitando, principalmente, a forma de participação de cada um destes.

Com relação à contribuição do projeto para as comunidades, verificamos que, apesar do pouco envolvimento em ações coletivas, os produtores e suas famílias se mobilizaram em torno da proposta de trabalho por visualizaram benefícios para a propriedade, pelo fato de que, na região pesquisada, há predomínio da agricultura familiar de subsistência o que impede, às vezes, a participação em ações externas.

Nesse contexto, o projeto contribuiu para a união do grupo familiar, como também da família com a escola levando o aluno até as propriedades. Criaram-se, assim novos hábitos e valores, tornando-os os estudantes mais participativos e conscientes do seu papel como futuros gestores do ambiente local.

Constatamos, também, que apesar do pouco envolvimento nas diferentes fases do Projeto Garabi-Itá de produtores rurais, a semente foi lançada na comunidade no sentido de contribuir no processo de organização do grupo local, incentivando a participação de todos, enquanto agentes de transformação. Segundo Henriques (2002, p.61), “as estratégias de mobilização, ao almejarem a geração de vínculos de co-responsabilidade, buscam transcender as meras

ações pontuais, circunstanciais. A condição para isso é o estabelecimento da coesão e da continuidade do projeto, que são a 'ponte' entre a ação isolada e a ação co-responsável”.

Assim, consideramos que os objetivos do Projeto Garabi-Itá foram alcançados pelo trabalho sistematizado de ações de compensação florestal, educação ambiental e comunicação rural que atingiram pontualmente cada produtor rural e não a coletividade conforme o planejado. A participação desses produtores e de suas famílias aconteceu de forma parcial e em diferentes momentos, mas isso concretizou a contribuição deste projeto para as comunidades. E, principalmente, pela cooperação dos produtores rurais, independentemente da forma como participaram, responsáveis pela continuidade do trabalho de reposição florestal na propriedade e exemplos para trabalhos futuros.

5. CONCLUSÕES

A partir do trabalho desenvolvido para com o objetivo de avaliar o Projeto Garabi-Itá, é possível apontar algumas conclusões, as quais consideramos relevantes:

- A extensão rural alicerçada em um trabalho articulado de compensação florestal, educação ambiental e comunicação rural, seria uma aliada na instrumentação dos produtores rurais e suas famílias fornecendo a informação de forma sistematizada, apontando caminhos e alternativas para a solução das deficiências sociais. Seria, ainda, um instrumento para a troca de experiência entre os produtores e demais pessoas da comunidade, contribuindo para a construção participativa do desenvolvimento local;

- As comunidades rurais apresentam pré-disposição e interesse em participar de projetos de desenvolvimento local, desde de que os resultados do trabalho possam beneficiar cada propriedade rural. Assim, verificou-se que não há interesse em unir forças para promover o bem-estar da coletividade e tampouco o desenvolvimento do município pela participação de todos;

- Na maioria dos casos, os produtores rurais estão despreparados para intervirem ativamente em projetos de desenvolvimento uma vez que desconhecem a realidade do local em sua totalidade, o grau elevado de degradação e esgotamento dos recursos naturais considerando, então, que o processo de recuperação ambiental implica perda de áreas produtivas por tornarem-se áreas de preservação permanente. Acreditam que, por isso, deveriam ser indenizados e ressarcidos por esse trabalho. Além disso, desconhecem a importância desse trabalho para a qualidade de vida do município, ou seja, da sociedade, revelando um caráter individualista e despreocupado com o futuro da sociedade;

- A escola rural pode ser o local não apenas de educação formal dos filhos de produtores rurais, mas o palco de discussão, de debate e reunião da comunidade. Seria dessa forma, um local também de instrumentalização das famílias rurais com de trabalhos que exijam a participação dos pais, alunos e professores, espaço para que, de forma coletiva, sejam pensadas e planejadas ações de acordo com as potencialidades e limitações das pessoas, mas que venham a melhorar as relações humanas da família e da comunidade;

- O poder de decisão do produtor rural está vinculado ao poder de decisão do grupo familiar. A mulher e os filhos são, em muitos casos, os responsáveis pela gestão e administração da propriedade rural, ou seja, a participação não ocorre de parcialmente no interior da propriedade. Quanto um decide participar, todos apóiam e participam juntos. Isso fator decorre em virtude do predomínio da agricultura familiar nos casos estudados, pois os produtores rurais que aderem a iniciativas de desenvolvimento contam com o apoio dos filhos que residem na propriedade, para implementar novas ações na propriedade. Além disso, o modelo de produção familiar conduz à participação em ações que viabilizem resultados imediatos para a família ou que elevem o grau de produtividade da propriedade;

- Outro fator a ser destacado é o pouco interesse dos produtores rurais em tomar frente dos problemas da comunidade, pois a maioria apresentam-se passivos e pouco receptivos às propostas que devem, segundo eles, ser planejadas e implementadas por instituições governamentais do município. Em alguns municípios, essas instituições desconhecem a realidade das comunidades rurais e, conseqüentemente, elevam o grau de insatisfação dos produtores rurais e, principalmente, geram na população rural um sentimento de esquecimento, ou seja, que o pequeno agricultor em nada contribui para o desenvolvimento do município e, por isso, é esquecido;

- Iniciativas de desenvolvimento rural local devem ser implementadas nas comunidades buscando o apoio de instituições e entidades locais. Dessa forma, é possível fomentar a participação de todos, fundamentando-se o processo gradativo de re-educação da população rural, tornando os atores sociais

gestores do desenvolvimento local, responsáveis por definir as prioridades do grupo, bem como as suas potencialidades e limitações em conduzir a resolução dos problemas do local. Na medida em que vão sendo executadas as ações, é incentivada e valorizada a colaboração de cada um, despertando o sentimento de pertencimento a um grupo social voltado para a melhora da qualidade de vida da comunidade rural;

- Fatores econômicos, políticos, sociais e culturais também interferem nas decisões e aspirações dos produtores rurais, uma vez que se sentem limitados e, às vezes, reprimidos ao exporem suas idéias. Entretanto, com relação ao Projeto Garabi-Itá, o fator que determinou a adesão dos produtores foi o econômico, pois estão preocupados com a rentabilidade de sua produção e solução de problemas urgentes da propriedade. Não podem, assim, visualizar a problemática ambiental, que, nesses casos assume, posição secundária no rol de prioridades e problemas a serem trabalhados pelas comunidades rurais;

- Com relação ao Projeto Garabi-Itá concluímos que seu objetivo principal foi alcançado pelas parcerias feitas ao longo dos anos com as comunidades rurais. Estas estabelecem uma relação de co-responsabilidade rumo a soluções para os problemas ambientais de cada localidade, considerando suas peculiaridades. Essa trajetória foi, entretanto, alicerçada em um trabalho sistematizado e intenso de compensação florestal, educação ambiental e comunicação rural que corroborou para que o projeto atingisse outros objetivos traçados;

- Compete aos mentores de projetos de desenvolvimento local, abrir caminhos para emancipação dos atores sociais tornando-os agentes de transformação da realidade local por meio da participação em todos os processos vinculados ao desenvolvimento da comunidade rural.

Na tabela abaixo, estão apresentados os objetivos desta pesquisa e as principais conclusões que emergem com a efetivação da mesma.

Quadro 02: Objetivos da pesquisa e principais conclusões.

Objetivo Geral	Conclusão
Sistematizar a contribuição do “Empreendimento Linha de Transmissão Garabi-Itá – Projeto de Compensação Florestal no Estado do Rio Grande do Sul” às comunidades rurais abrangidas no processo de conscientização e desenvolvimento sócio-ambiental regional.	Efetivou o plantio de 280 mil mudas de árvores, com o apoio das comunidades rurais, fomentando a sua participação no reconhecimento de seus limites e potenciais, enfrentando a resistência dos atores sociais a ações externas à propriedade que visem o bem-estar coletivo.
Objetivos Específicos	Conclusão
Compreender o processo de aceitação de projetos sociais pelo público ao qual se destina e as formas como estes podem contribuir para o desenvolvimento local a partir das ações que desenvolve	Consiste num processo gradativo de aceitação pelo público-alvo, que se acelera ou se retrai na medida em que respeita as características desse público. E que pode contribuir para o local com ações voltadas a atender as necessidades (prioridades) das pessoas.
Verificar as contribuições desses projetos no processo de conscientização da comunidade pela participação efetiva dos atores sociais	Consiste no fortalecimento e capacitação das pessoas tornando-as gestoras do desenvolvimento local (empoderamento).
Identificar a importância da comunicação, da educação ambiental e da extensão rural na execução desses projetos, como forma de articulação e incentivo à participação da comunidade	São fundamentais, não apenas como fomento a participação, mas principalmente, no sentido em que contribuem para o empoderamento pessoal necessário para que haja interesse e cooperação entre as partes envolvidas.
Discutir uma forma integradora de interesses sociais e econômicos, necessária para que o desenvolvimento local aconteça de forma contínua e democrática	Fortalecer e valorizar o capital humano local para que gerencie o capital econômico e os recursos naturais visando o bem-estar social coletivo.

6. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. **Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável.** In: ALMEIDA, J. e NAVERRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.** 2 ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade- UFRGS, 1998. p. 33 – 55.

ALMEIDA, J. e NAVERRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.** 2 ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade- UFRGS, 1998.

ALVES–MAZZOTTI, A. J. & GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** São Paulo: Pioneira, 1998.

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos? : guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

BASCO, Mercedes Caracciolo e LAXALDE, Maria del Pilar Foti. **Economía solidaria y capital social: contribuciones al desarrollo local.** Buenos Aires: Editorial Paidós, 2003. 144p.

BRANDÃO, Carlos. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BROSE, Markus. **Agricultura Familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 347p.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento.** 3ª ed. Garamond: Rio de Janeiro, 2002.

CARPIO, del Orga; CAVASSA, Augusto & GÓMEZ, Hebert. **El impacto de los proyectos de desarrollo en Sierra: el caso Del PRODERM en la cuenca de Pomacanchi – Cusco.** Centro de estudios regionales andinos “Bartolomé de Las Casas”: Cusco, 1992.

CHIANCA, T., MARINO. E. e SCHIESARI, L. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil.** São Paulo: Global, 2001. (Coleção Gestão e Sustentabilidade).

COSTABEBER, J. A e CAPORAL, F. R. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável.** In: VELA, H. A. G. (Org.). Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no MERCOSUL. Santa Maria: UFSM, 2003. p. 157 – 194.

FRIEDRICH, Odilo. A. **Comunicação Rural:** Proposição crítica de uma nova concepção. 2ª ed. Brasiliense: EMBRATER, 1988. 64p.

GAJARDO, Marcela. **Pesquisa Participante na América Latina.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica.** São Paulo: Cortez, 2001. 120p.

GUIMARÃES. R. A. **A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento.** In: VIANA, G.; SILVA, M. e DINIZ, N. (Orgs.). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 43 – 71.

GUZMÁN, E. S. **Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável.** In: ALMEIDA, J. e NAVERRO, Z. (Orgs.). Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2 ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade- UFRGS, 1998. p. 19 – 32.

HEGEDÜS, P. de. e VELA, H. A. G. **Os projetos de desenvolvimento.** In: VELA, H. A. G. (Org.). Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no MERCOSUL. Santa Maria: UFSM, 2003. p. 31 – 44.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social.** Belo Horizonte: Gráfica e Editora Dom Bosco, 2002. 91p.

LUCCHESE, Osório Antônio; AYUB, Daniel Martins; COELHO, Geraldo Ceni e FABRÍCIO, Laura Elise de Oliveira. **“Empreendimento Linha de Transmissão Garabi-Itá – Projeto de Compensação e Educação Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul”.** Ijuí: Ed. Unijuí, 1999. 123p.

LUCCHESE, Osório Antônio e AYUB, Daniel Martins. (org.) **Anais do I Seminário Estadual e Anais do IV Seminário Regional de Reflorestamento e Recuperação Ambiental:** educação ambiental a base para formação de uma consciência preservacionista. Ijuí: Ed. Unijuí, 2000. 156p.

LUCCHESE, Osório Antônio e COELHO, Geraldo Ceni. (org.) **Reflorestamento e Recuperação Ambiental, Biodiversidade de Culturas:** a gestão ambiental em foco. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. 224p.

LUCCHESE, Osório Antônio. e SCHIRMER, Jorge. **Relatórios Trimestrais:** “Empreendimento Linha de Transmissão Garabi-Itá – Projeto de Compensação e Educação Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul”. CD-ROM. Ijuí: Equipe de Trabalho do Projeto Garabi-Itá. 2000/2004.

LUCCHESE, Osório Antônio. e SCHIRMER, Jorge. **Relatórios Semestrais:** “Empreendimento Linha de Transmissão Garabi-Itá – Projeto de Compensação e Educação Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul”. CD-ROM. Ijuí: Equipe de Trabalho do Projeto Garabi-Itá. 2000/2004.

MARTINHO, V. J. P. **Reflexões sobre o desenvolvimento nacional rural.** Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/19-spec10.html>>. Acesso em 30 ago. 2004.

MATOS; A. C. e MIRANDA; C. L. de. **Desenvolvimento Local Sustentável no Brasil:** a experiência do IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. (p. 43 – 87) in: Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação e Extensão Rural. N. 9, (jan;dez. 2002)-

MELLER, Cléria B. **Compensação Florestal:** eixo articulador de ações em Educação Ambiental. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. 72p. (Coleção Linha de Transmissão Garabi-Itá. Série Educação Ambiental).

MINAYO, M. C. de Souza. (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 20ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 80 p.

MORAES, J. L. A. de. **Capital social de desenvolvimento rural.** In: CORREA, S. M. de S. (Org.). REDES. Santa Cruz: EDUNISC, 2003. p.123 – 148.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil:** os limites do passado e os caminhos do futuro. in Revista Estudos Avançados, volume 15, número 43, dezembro de 2001. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados.

RICHERS, R. **Rumos da América Latina:** desenvolvimento econômico e mudança social. São Paulo, Edgard Blücher, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SCHEJTMAN, A. e BERDEGUÉ, J. A. **Desarrollo Territorial Rural y Descentralización.** RIMISP – Santiago, Chile. Fev, 2003.

SCHNEIDER, J. O. **O cooperativismo e a promoção do desenvolvimento sustentável.** (p. 63 - 98) In: Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação e Extensão Rural. Nº. 8, (jan;dez. 2001)-.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 410 p.

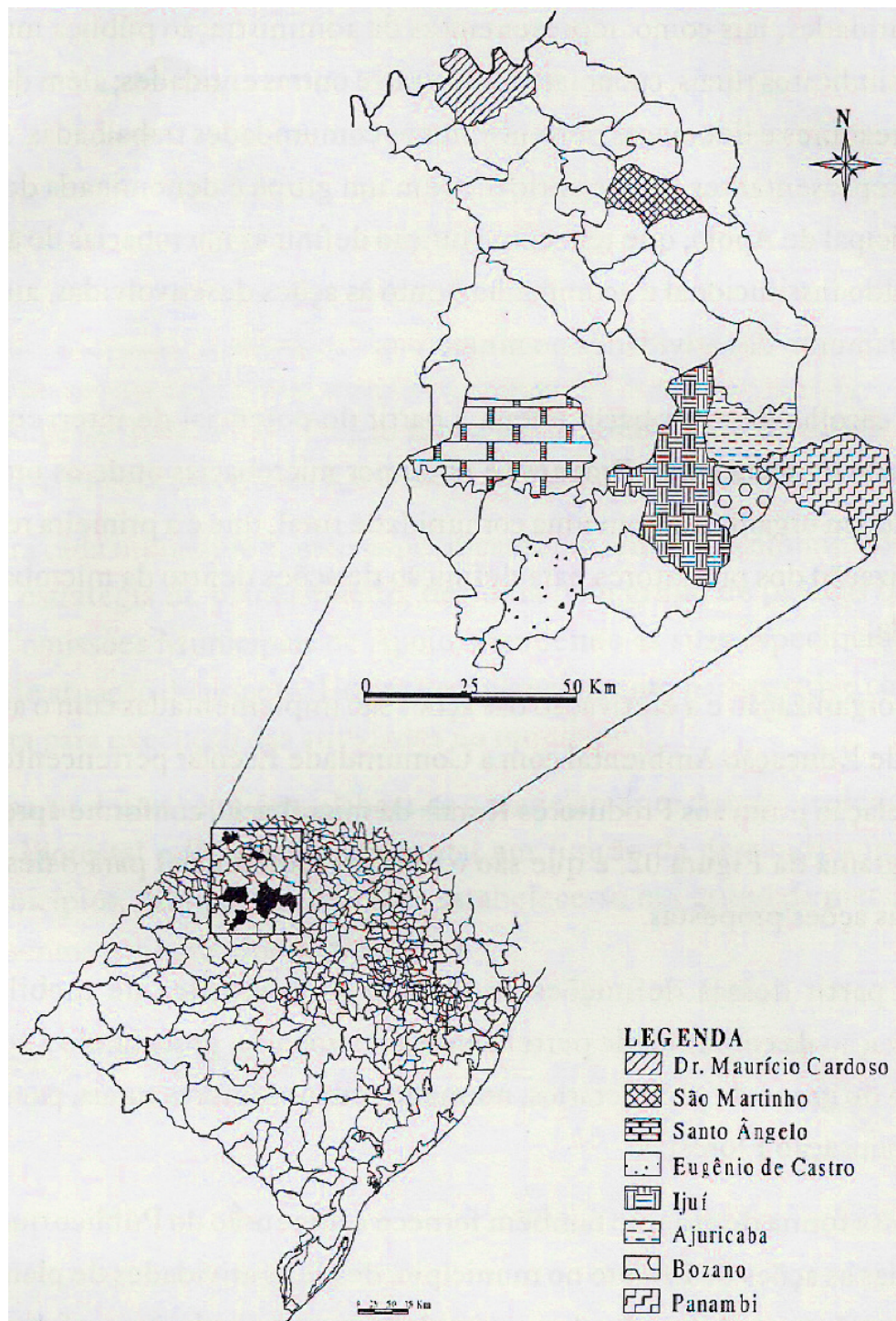
SILVA, G. P. **Associações de produtores rurais do Município de Jarí (RS):** contextualização histórica e perspectivas. Santa Maria, 2003.171 p.

SOUZA, Paulo Roberto P. e MILLS, Jon. (org.). **Conflitos Jurídicos, Econômicos e Ambientais:** Estratégias para o desenvolvimento de políticas ambientais e de uso do solo: Um estudo de caso da Flórida (EUA) e Paraná (Brasil). Maringá: EDUEM, 1995.

7. ANEXOS

ANEXO 01

Mapa de Localização Geográfica dos Municípios de Atuação do Projeto Garabi-Itá



Fonte: Empreendimento Linha de Transmissão Garabi-Itá – “Projeto de Compensação Florestal e Educação Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul”.

ANEXO 02

Questionário e Entrevista Semi-Estruturada

Pesquisa de Campo aplicada para Avaliação da contribuição do Projeto Garabi-Itá no processo de conscientização e desenvolvimento local

1. Nome do Produtor: _____
2. Município: _____
3. Localidade: _____
4. Idade: _____
5. Escolaridade: _____
6. Possui alguma profissão além de ser agricultor: _____
7. a. Nº de familiares que residem na propriedade: _____
7. b. Dados da família:

Parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão

8. Tamanho da propriedade: _____
9. a. Possui outras áreas: () Sim () Não
9. b. Esta área é: () Própria () Arrendada () Outra _____
10. a. Possui uma área na propriedade destinada à preservação permanente?
() Sim () Não
10. b. Qual o tamanho desta área: _____
11. O Senhor e sua família participam da vida de sua comunidade? Que tipo de atividades desenvolvem que caracterize esse envolvimento?
() Reuniões da comunidade
() Organização de festas e feiras
() Núcleo de cooperativas
() Projetos e ações municipais
() Atividades da igreja
() Associações (de pais, produtores, clubes esportivos)
12. a. Como o Senhor ficou conhecendo o Projeto Garabi-Itá e sua proposta de trabalho?
() Através de reuniões com a comunidade e conversas com vizinhos
() Através da escolas e de seus filhos
() Através dos meios de comunicação (rádio, jornal)
() Através da entidades municipais e Prefeitura Municipal
() Através da Equipe de Trabalho do Projeto
12. b. Por que o Senhor participa do Projeto Garabi-Itá?
() Porque considera a proposta do Projeto adequada à realidade da comunidade

- Porque se preocupa com a preservação do ambiente
- Porque toda a comunidade está participando
- Porque seus filhos estão participando das ações de Educação Ambiental desenvolvidas na escola
- Porque mesmo antes do início do Projeto Garabi-Itá pretendia investir no reflorestamento de sua propriedade
- Outra: _____

12. c. A decisão em participar foi influenciada pelos:

- Vizinhos
- Esposa e filhos
- Escola
- Entidades do municípios
- Outra: _____

13. a. A sua família também participa do Projeto Garabi-Itá? Sim Não

13. b. Como a sua esposa está participando do Projeto Garabi-Itá?

- Através das reuniões promovidas pela Projeto com Grupo de Mães
- Através das reuniões de avaliação e planejamento
- Através da escola
- Através das atividades de plantio
- Sua esposa não está participando

13. c. E seu (s) filho (s) com está (ão) participando?

- Através da escola
- Através dos cursos de monitores
- Através das atividades de plantio
- Através das reuniões de avaliação e planejamento
- Não está (ão) participando

14. a. O Senhor já participou de outro projeto de reflorestamento ou atividades na área ambiental desenvolvidas em sua comunidade? Sim Não

14. b. De que forma foi a sua participação?

- No planejamento das atividades
- Na execução das atividades
- Não tive envolvimento no planejamento e na execução das ações, mas fui beneficiado com as mesmas

15. Como avalia o Projeto Garabi-Itá em relação a esses outros projetos e atividades?

- O Projeto tem uma proposta adequada à realidade do município
- Esse Projeto presta assistência técnica e fornece todos os equipamentos e insumos necessários para o plantio, que não eram oferecidos por outros projetos
- O Projeto Garabi-Itá possibilita a minha participação em todas as etapas do trabalho
- O Projeto tem uma proposta adequada à realidade do município, mas não auxilia financeiramente os produtores como os outros projetos
- A proposta de trabalho não me interessa, mesmo assim estou plantado as mudas

16. a. Quais das atividades proposta pelo Projeto Garabi-Itá o Senhor participou?

- Visitas às propriedades rurais para levantamentos de demanda de mudas
- Visitas às propriedades rurais para cadastramento de novos produtores
- Distribuição das mudas
- Organização das atividades de plantio
- Dias de Campo
- Reunião com Núcleo de Produtores

- Reunião de Avaliação e Planejamento
- Rodada de Idéias
- Caminhadas Ecológicas
- Auxiliou na divulgação do Projeto Garabi-Itá e de suas atividades
- Nenhuma

16. b. Destas atividades quais o Sr. considerou mais importante para a aceitação do Projeto e engajamento dos produtores no trabalho proposto?

- Visitas às propriedades rurais para levantamentos de demanda de mudas
- Visitas às propriedades rurais para cadastramento de novos produtores
- Distribuição das mudas
- Organização das atividades de plantio
- Dias de Campo
- Reunião com Núcleo de Produtores
- Reunião de Avaliação e Planejamento
- Rodada de Idéias
- Caminhadas Ecológicas
- Não considera essas atividades interessantes para os produtores

16. c. E como foi sua participação?

- Nas visitas às propriedades rurais para levantamento de demanda de mudas
- Nas visitas às propriedades rurais para cadastramento de novos produtores
- Divulgação do Projeto Garabi-Itá e suas atividades
- Na organização das atividades de educação ambiental
- Na organização dos plantios
- Na avaliação e redefinição das atividades realizadas
- Apenas participei do planejamento, sem participar da execução das atividades
- Não participei do planejamento e execução das atividades de plantio e educação ambiental, no entanto fui beneficiado e plantei as mudas com o auxílio da comunidade

17. a. Com a implementação do Projeto mudou algum aspecto em seu comportamento em relação a preservação ambiental? Sim Não

17. b. De que forma?

- Pretende dar continuidade ao trabalho em sua propriedade
- Pretende apoiar iniciativas do município, das escolas, de sua comunidade
- Pretende participar de outros projetos
- Pretende participar mais das atividades da comunidade
- Pretende divulgar a importância da preservação ambiental para o desenvolvimento da comunidade, para que outras pessoas se conscientizem

17. c. Quais as condições necessárias para que o Senhor participe de outros projeto de preservação ambiental?

- Que este projeto disponibilize de mão-de-obra
- Que este projeto disponibilize mudas, insumos e demais equipamentos necessários para o plantio e desenvolvimento das mudas
- Que este projeto disponibilize assistência técnica
- Que este projeto remunere os produtores que participarem
- Que este projeto possibilite a minha participação em todas as etapas do trabalho (ações de plantio e educação ambiental)

18. a. Como o avalia a participação das escolas no Projeto Garabi-Itá, no processo de engajamento dos produtores?

- Muito boa, pois através das escolas foi possível sensibilizar e mobilizar os produtores
- A sua participação possibilitou uma aproximação da família com a escola, mobilizando toda a comunidade

() Considera que o trabalho das escolas não mobilizou os produtores no Projeto, porque as ações foram realizadas sem a participação destes produtores

18. b. E das entidades do município?

- () Muito boa, pois através das entidades foi possível sensibilizar e mobilizar os produtores
- () Boa, pois através das entidades a equipe de trabalho do Projeto teve acesso as comunidade
- () Acredita que as entidades poderiam ter participado mais do Projeto

18. c. O qual entidade o Sr. considera que deveria ter participado com mais empenho do Projeto?

- () Prefeitura Municipal
- () Secretaria Municipal da Agricultura
- () Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- () EMATER
- () CORSAN
- () Outra: _____

19. Que importância teve o Projeto para a sua família e para sua comunidade?

- () Possibilitou a valorização da propriedade
- () Contribuiu no processo de conscientização quanto a necessidade e importância de preservar o ambiente da comunidade
- () Possibilitou a participação da comunidade em todas as etapas do trabalho, tornando o Projeto em uma ação desta comunidade
- () Viabilizou a aproximação da família com a escola de seus filhos
- () Contribuiu para que as entidades do município participassem mais da vida das comunidades

20. Que razões o Senhor destaca como determinantes para que os demais não participassem do Projeto ?

- () Falta de divulgação e esclarecimento sobre a proposta de trabalho
- () Falta de assistência técnica
- () Falta de mão-de-obra para o plantio
- () Falta de equipamentos
- () Falta de atividades de educação ambiental voltadas para os produtores
- () Falta de incentivo por parte do município
- () Falta de incentivo financeiro
- () Falta de interesse, por desconhecerem a realidade ambiental do local

ANEXO 03

Relação dos Produtores Rurais entrevistados e os respectivos municípios parceiros do Projeto Garabi-Itá

- 01) Abrelino Rigol – São Martinho
- 02) Adolino Weiler – São Martinho
- 03) Antenor Alfredo Maelhle – São Martinho
- 04) Antenor Desconsi – Doutor Maurício Cardoso
- 05) Antônio Inácio Weltter – São Martinho
- 06) Antônio Wierzbinski – Bozano
- 07) Antônio Woichiski – Doutor Maurício Cardoso
- 08) Ari Brívio – Ajuricaba
- 09) Ari Meneguetti – Santo Ângelo
- 10) Armindo Clemente – Ajuricaba
- 11) Atílio Patath – São Martinho
- 12) Clóvis Copetti – Santo Ângelo
- 13) Dejair Burtet – Doutor Maurício Cardoso
- 14) Delvaci Brigo – Ajuricaba
- 15) Deumar Sauer – Panambi
- 16) Emílio Ratzlaff – Doutor Maurício Cardoso
- 17) Edeimar Forner – Eugênio de Castro
- 18) Ederson Gerhke – Eugênio de Castro
- 19) Eloí Heindrich – Eugênio de Castro
- 20) Elsa Marzuchewski – Doutor Maurício Cardoso
- 21) Everaldo Falk – Santo Ângelo
- 22) Ervínio Antônio Knopka – Doutor Maurício Cardoso
- 23) Hélio Wendland – Panambi
- 24) Henrique Jaskoviak – Doutor Maurício Cardoso
- 25) Inácio Corrêa – São Martinho
- 26) Inácio Rockenback – São Martinho
- 27) João Batista Carvalho – São Martinho

- 28) João Carlos Tonel – Doutor Maurício Cardoso
- 29) João Enio Copetti – Santo Ângelo
- 30) João Moreira – São Martinho
- 31) João Zaltron – Santo Ângelo
- 32) Jorge Canssi – Doutor Maurício Cardoso
- 33) Lauro Rasch – Ajuricaba
- 34) Luís Alberto Raguzzoni – Santo Ângelo
- 35) Luís Carlos Nunes – Santo Ângelo
- 36) Luís Turra – Doutor Maurício Cardoso
- 37) Marino Cassol – Doutor Maurício Cardoso
- 38) Nelci Pivetta – Doutor Maurício Cardoso
- 39) Neli Bruzuska – Doutor Maurício Cardoso
- 40) Oriente Mendes de Oliveira
- 41) Paulo Wollmuth – Eugênio de Castro
- 42) Remi Tiesch – Bozano
- 43) Renato José Hartmamm – São Martinho
- 44) Rivadal Pinto – Ijuí
- 45) Rodolfo Strochen – Doutor Maurício Cardoso
- 46) Rogério Aldori Becker – Ijuí
- 47) Romano Bezpalko – Doutor Maurício Cardoso
- 48) Rosane Schimit – Doutor Maurício Cardoso
- 49) Sandra Turra – Doutor Maurício Cardoso
- 50) Sérgio Zaleski – Doutor Maurício Cardoso
- 51) Sidnei Zanini – Doutor Maurício Cardoso
- 52) Simone Bigolin – Bozano
- 53) Terezinha Walter – Doutor Maurício Cardoso
- 54) Valdemar Dalpizol – Doutor Maurício Cardoso
- 55) Valdir Maus – Santo Ângelo
- 56) Vandro Weber – Doutor Maurício Cardoso
- 57) Vilmar Desconsi – Doutor Maurício Cardoso

ANEXO 04

Resultado da Pesquisa Realizada com os Produtores Rurais Parceiros do Projeto Garabi-Itá

QUESTÕES DE DEFINIÇÃO DO PERFIL DOS PRODUTORES RURAIS ENTREVISTADOS

Idade dos produtores rurais

N.º	Idade
01	57
02	33
03	43
04	62
05	49
06	30
07	72
08	32
09	55
10	51
11	45
12	43
13	44
14	52
15	48
16	49
17	48
18	61
19	42

N.º	Idade
20	60
21	42
22	50
23	50
24	45
25	52
26	55
27	61
28	51
29	56
30	52
31	47
32	54
33	40
34	31
35	29
36	52
37	60
38	40

N.º	Idade
39	47
40	58
42	65
43	50
44	41
45	30
46	48
47	62
48	74
49	44
50	50
51	46
52	64
53	41
54	48
55	62
56	64
57	42

Observações:

Idade mais alta: 74 anos
Idade mais baixa: 29 anos
Média de idade: 48 anos

Menos de 30 anos – 5,3%
Entre 31 e 40 anos – 8,8%
Entre 41 e 50 anos – 43,8%
Entre 51 e 60 anos – 24,6%
Mais de 60 anos – 17,5%

Escolaridade (grau de instrução dos produtores rurais)

N.º	Grau
01	2º in
02	2º co
03	1º in
04	1º in
05	1º in
06	1º co
07	1º in
08	1º in
09	1º co
10	1º in
11	1º in
12	1º in
13	1º co
14	1º in
15	1º in
16	2º co
17	1º in
18	1º in
19	2º in

N.º	Grau
20	1º in
21	2º in
22	1º in
23	1º in
24	1º in
25	1º in
26	1º co
27	1º in
28	1º in
29	1º in
30	1º co
31	2º co
32	1º in
33	1º in
34	2º co
35	1º co
36	2º co
37	1º co
38	1º co

N.º	Grau
39	2º co
40	1º in
42	1º in
43	1º in
44	2º co
45	1º in
46	1º in
47	1º in
48	*
49	1º in
50	1º in
51	1º in
52	1º in
53	3º co
54	2º co
55	1º co
56	*
57	1º in

Observações:

Maior número de produtores rurais possuem o 1º grau incompleto
Apenas 01 produtor rural possui o 3º grau completo

3,5% não são alfabetizados
59,6% possuem o 1º grau incompleto
15,8% possuem o 1º grau completo
5,3% possuem o 2º grau incompleto
14,1 % possuem o 2º grau completo
1,7% possui o 3º grau completo

Produtores rurais que possuem outra profissão além da agricultura

N.º	Agricultura
01	S
02	S
03	N
04	N
05	N
06	N
07	N
08	N
09	N
10	N
11	N
12	N
13	N
14	N
15	N
16	S
17	N
18	N
19	N

N.º	Agricultura
20	N
21	S
22	N
23	N
24	N
25	N
26	N
27	N
28	N
29	N
30	N
31	N
32	N
33	N*
34	N*
35	N
36	S
37	N
38	N

N.º	Agricultura
39	N
40	N
41	N
42	Aposentado
43	S
44	S
45	N
46	N
47	N
48	Aposentado
49	N
50	N
51	N
52	Aposentado
53	S
54	N
55	N
56	N
57	N

Observações:

80,7% não possuem outra atividade
14% possuem outras atividades
5,3% são aposentados

* residem à pouco tempo na propriedade

N.º de familiares

N.º	Integrantes
01	04
02	04
03	04
04	07
05	04
06	04
07	06
08	06
09	03
10	04
11	02
12	05
13	03
14	03
15	05
16	04
17	02
18	01
19	05

N.º	Integrantes
20	04
21	04
22	07
23	03
24	05
25	05
26	02
27	02
28	04
29	04
30	03
31	02
32	04
33	04
34	03
35	05
36	00*
37	06
38	03

N.º	Integrantes
39	03
40	03
41	03
42	02
43	04
44	04
45	02
46	04
47	02
48	02
49	04
50	05
51	06
52	02
53	05
54	04
55	06
56	03
57	01

Observações:

Maior número de familiares: 07
Menor número de familiares: 01
Média do número de familiares: 04

* não mora na propriedade

Tamanho da propriedade

N.º	Ha
01	31,0
02	37,5
03	32,0
04	13,7
05	60,0
06	24,0
07	25,0
08	34,0
09	13,0
10	7,50
11	18,0
12	4,00
13	8,00
14	4,00
15	5,20
16	1,00
17	24,5
18	3,00
19	9,80

N.º	Ha
20	15,3
21	8,00
22	24,0
23	21,0
24	21,0
25	30,0
26	16,8
27	10,0
28	27,6
29	73,0
30	9,60
31	66,0
32	12,5
33	7,50
34	21,0
35	25,0
36	56,0
37	11,9
38	17,1

N.º	Ha
39	40,0
40	80,0
41	25,0
42	22,0
43	11,0
44	16,0
45	19,8
46	12,5
47	79,0
48	17,5
49	18,0
50	5,00
51	6,00
52	27,0
53	11,7
54	18,0
55	24,0
56	1,80
57	3,00

Observações:

Maior área: 80ha
 Menor área: 01ha
 Média de área: 22ha

Produtores rurais que possuem outras áreas

N.º	Ha
01	N
02	S
03	N
04	N
05	N
06	S
07	S
08	S
09	N
10	N
11	S
12	S
13	S
14	S
15	N
16	N
17	S
18	N
19	S

N.º	Ha
20	N
21	N
22	N
23	N
24	S
25	N
26	N
27	N
28	N
29	S
30	S
31	S
32	S
33	S
34	S
35	N
36	S
37	N
38	S

N.º	Ha
39	S
40	N
41	S
42	N
43	N
44	N
45	N
46	N
47	N
48	N
49	N
50	N
51	S
52	S
53	N
54	S
55	N
56	N
57	N

Observações:

57,9% não possuem outras áreas
 42,1% possuem outras áreas

Dos que possuem a área é:

N.º	
01	-
02	Arrendada
03	-
04	-
05	-
06	Própria
07	Arrendada
08	Arrendada
09	-
10	-
11	Arrendada
12	Própria
13	Própria
14	Arrendada
15	-
16	-
17	Própria
18	-
19	Própria

N.º	
20	-
21	-
22	-
23	-
24	Arrendada
25	-
26	-
27	-
28	-
29	Arrendada
30	Arrendada
31	Própria
32	Própria
33	Própria
34	Própria
35	-
36	Arrendada
37	-
38	Própria

N.º	
39	Própria
40	-
41	Própria
42	-
43	-
44	-
45	-
46	-
47	-
48	-
49	-
50	-
51	Arrendada
52	Arrendada
53	-
54	Própria
55	-
56	-
57	-

Observações:

24 (42,1%) produtores rurais possuem outras áreas

45,8% possuem áreas arrendadas

54,2% possuem áreas próprias

Produtores que possuem área de preservação permanente

N.º	
01	S
02	S
03	S
04	S
05	S
06	S
07	S
08	S
09	S
10	S
11	S
12	S
13	S
14	S
15	S
16	S
17	S
18	S
19	S

N.º	
20	S
21	N
22	S
23	S
24	N
25	S
26	N
27	S
28	S
29	S
30	S
31	S
32	N
33	S
34	N
35	S
36	S
37	S
38	S

N.º	
39	S
40	S
41	S
42	S
43	S
44	S
45	S
46	S
47	S
48	S
49	S
50	S
51	S
52	N
53	N
54	S
55	S
56	S
57	S

Observações:

87,7% possuem área de preservação permanente

12,3% não possuem área de preservação permanente

Tamanho da área de preservação permanente

N.º	Ha	N.º	Ha	N.º	Ha	Observações:
01	2,00	20	1,50	39	8,00	Maior área de preservação permanente: 10ha
02	2,50	21	-	40	5,00	
03	2,50	22	1,50	41	2,00	
04	1,50	23	0,50	42	2,00	Menor área de preservação permanente: 0,10ha
05	10,0	24	-	43	2,00	
06	0,30	25	2,50	44	2,00	
07	4,00	26	-	45	3,50	Média de área de preservação permanente: 02ha
08	4,50	27	1,00	46	3,00	
09	1,00	28	2,00	47	7,00	
10	0,50	29	2,00	48	0,50	
11	3,00	30	1,00	49	2,00	
12	3,50	31	10,0	50	0,25	
13	0,50	32	-	51	0,10	
14	0,30	33	0,25	52	-	
15	0,80	34	-	53	-	
16	0,50	35	0,50	54	0,50	
17	0,50	36	1,20	55	0,10	
18	0,50	37	2,00	56	0,50	
19	0,30	38	1,50	57	0,20	

QUESTÕES GERAIS E ESPECÍFICAS SOBRE O PROJETO GARABI-ITÁ

Nestas questões mais de uma alternativa pode ser respondida

Questão 11 – Que tipo de atividades desenvolvem que caracterize o envolvimento e participação família na vida em comunidade?

- 23,1% responderam – Reuniões da comunidade
- 6,5% responderam – Organização de festas e feiras
- 21,9% responderam – Núcleo de cooperativas
- 1,2% respondeu – Projetos e ações municipais
- 30,7% responderam – Atividades da igreja
- 16,6% responderam – Associações (de pais, produtores, clubes esportivos)

Questão 12.a – Conheceu o Projeto Garabi-Itá e sua proposta de trabalho através:

- 13,8% responderam – De reuniões com a comunidade e conversas com vizinhos
- 15,4% responderam – Da escola e de seus filhos
- 18,5% responderam – Dos meios de comunicação (rádio, jornal)
- 26,1% responderam – Das entidades municipais e Prefeitura Municipal
- 26,1% responderam – Da Equipe de Trabalho do Projeto

Questão 12.b – Participou do Projeto Garabi-Itá porque?

- 25,7% responderam – Considerou a proposta do Projeto adequada à realidade da comunidade
- 32,6% responderam – Se preocupa com a preservação do ambiente
- 2,9% responderam – Toda a comunidade participou
- 2,9% responderam – Os filhos participaram das ações de Educação Ambiental desenvolvidas na escola
- 24,3% responderam – Mesmo antes do início do Projeto Garabi-Itá pretendia investir no reflorestamento de sua propriedade
- 11,4% responderam – Outra (Termo de Ajustamento de Conduta e Curiosidade)

Questão 12.c – A decisão em participar foi influenciada pelos:

- 14,0% responderam – Vizinhos
- 45,3% responderam – Esposa e filho
- 4,6% responderam – Escola
- 9,4% responderam – Entidades do município
- 26,7% responderam – Outra (Sozinho; Equipe do PGI e Cooperativa)

Questão 13.a – A família também participou do Projeto Garabi-Itá?

- 86,0% responderam – Sim
- 14,0% responderam – Não

Questão 13.b – A esposa participou do Projeto Garabi-Itá através:

- 13,8% responderam – Das reuniões promovidas pelo Projeto com Grupo de Mães
- 13,8% responderam – Das reuniões de avaliação e planejamento
- 9,2% responderam – Da escola
- 40% responderam – Das atividades de plantio
- 23,1% responderam – A esposa não participou

Questão 13.c – E o(s) filho(s) participou (participaram) através:

- 37,9% responderam – Da escola
- 15,2% responderam – Dos cursos de monitores
- 30,1% responderam – Das atividades de plantio
- 6,1% responderam – Das reuniões de avaliação e planejamento
- 10,6% responderam – Não participaram

Questão 14.a – Participou de outro projeto de reflorestamento ou atividades na área ambiental desenvolvidas na comunidade:

- 12,3% responderam – Sim
- 87,7% responderam – Não

Questão 14.b – Como foi essa participação?

- 0,0% respondeu – No planejamento das atividades
- 0,0% respondeu – Na execução das atividades
- 100% responderam – Não se envolveu no planejamento e na execução das ações, mas foi beneficiado com as mesmas

Questão 15 – Como avalia o Projeto Garabi-Itá em relação a estes outros projetos e atividades?

- 0,0% respondeu – O Projeto tinha uma proposta adequada à realidade do município
- 33,3% responderam – Prestou assistência técnica e forneceu todos os equipamentos e insumos necessários para o plantio, que não foram oferecidos por outros projetos
- 11,1% responderam – Possibilitou a minha participação em todas as etapas do trabalho
- 0,0% respondeu – O Projeto tinha uma proposta adequada à realidade do município, mas não auxiliou financeiramente os produtores como os outros projetos
- 22,2% responderam – A proposta de trabalho não interessou, mesmo assim plantou as mudas
- 33,3% Não responderam

Questão 16.a – Quais das atividades proposta pelo Projeto Garabi-Itá participou?

- 6,4% responderam – Visitas às propriedades rurais para levantamentos de demanda de mudas
- 7,0% responderam – Visitas às propriedades rurais para cadastramento de novos produtores
- 6,4% responderam – Distribuição das mudas
- 10,5% responderam – Organização das atividades de plantio
- 15,8% responderam – Dias de Campo
- 21,6% responderam – Reunião com Núcleo de Produtores
- 12,9% responderam – Reunião de Avaliação e Planejamento

5,8% responderam – Rodada de Idéias
 1,8% respondeu – Caminhadas Ecológicas
 11,1% responderam – Auxiliou na divulgação do Projeto Garabi-Itá e de suas atividades
 0,6% respondeu – Nenhuma

Questão 16.b – Destas atividades quais considerou mais importante para a aceitação do Projeto e engajamento dos produtores no trabalho proposto?

10,4% responderam – Visitas às propriedades rurais para levantamentos de demanda de mudas
 10,4% responderam – Visitas às propriedades rurais para cadastramento de novos produtores
 1,7% respondeu – Distribuição das mudas
 3,4% responderam – Organização das atividades de plantio
 18,9% responderam – Dias de Campo
 24,1% responderam – Reunião com Núcleo de Produtores
 10,4% responderam – Reunião de Avaliação e Planejamento
 6,8% responderam – Rodada de Idéias
 3,4% responderam – Caminhadas Ecológicas
 10,4% responderam – Não considerou estas atividades interessantes para os produtores

Questão 16.c – Como foi a sua participação?

1,3% respondeu – Nas visitas às propriedades rurais para levantamento de demanda de mudas
 4,0% responderam – Nas visitas às propriedades rurais para cadastramento de novos produtores
 12,2% responderam – Divulgação do Projeto Garabi-Itá e suas atividades
 16,2% responderam – Na organização das atividades de educação ambiental
 17,6% responderam – Na organização dos plantios
 9,5% responderam – Na avaliação e redefinição das atividades realizadas
 1,3% respondeu – Apenas participei do planejamento, sem participar da execução das atividades
 37,8% responderam – Não participei do planejamento e execução das atividades de plantio e educação ambiental, mas fui beneficiado e plantei as mudas com o auxílio da comunidade

Questão 17.a – Com a implementação do Projeto mudou algum aspecto em seu comportamento em relação a preservação ambiental?

100% responderam – Sim
 0,0% respondeu – Não

Questão 17.b – De que forma?

46,0% responderam – Pretende dar continuidade ao trabalho em sua propriedade
 11,6%% responderam – Pretende apoiar iniciativas do município, das escolas, de sua comunidade
 11,6% responderam – Pretende participar de outros projetos
 5,7% responderam – Pretende participar mais das atividades da comunidade
 25,1% responderam – Pretende divulgar a importância da preservação ambiental para o desenvolvimento da comunidade, para que outras pessoas se conscientizem

Questão 17.c – Quais as condições necessárias para que participe de outros projetos de preservação ambiental?

5,5% responderam – Que este projeto disponibilize de mão-de-obra
 57,5% responderam – Que este projeto disponibilize mudas, insumos e demais equipamentos necessários para o plantio e desenvolvimento das mudas
 10,9% responderam – Que este projeto disponibilize assistência técnica
 8,2% responderam – Que este projeto remunere os produtores que participarem
 17,8% responderam – Que este projeto possibilite a minha participação em todas as etapas do trabalho (ações de plantio e educação ambiental)

Questão 18.a – Como o avaliou a participação das escolas no Projeto Garabi-Itá, no processo de engajamento dos produtores?

48,0% responderam – Muito boa, pois através das escolas foi possível sensibilizar e mobilizar os produtores

10% responderam – A sua participação possibilitou uma aproximação da família com a escola, mobilizando toda a comunidade

42,0% responderam – Considera que o trabalho das escolas não mobilizou os produtores no Projeto, porque as ações foram realizadas sem a participação destes produtores

Questão 18.b – E das entidades do município?

21,8% responderam – Muito boa, pois através das entidades foi possível sensibilizar e mobilizar os produtores

27,3% responderam – Boa, pois através das entidades a equipe de trabalho do Projeto teve acesso as comunidade

50,9% responderam – Acredita que as entidades poderiam ter participado mais do Projeto

Questão 18.c – O qual entidade deveria ter participado com mais empenho do Projeto?

34,8% responderam – Prefeitura Municipal

8,7% responderam – Secretaria Municipal da Agricultura

10,9% responderam – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

34,8% responderam – EMATER

0,0% respondeu – CORSAN

10,9% responderam – Outra (órgãos ligados a agricultura; todas participaram e todas deveriam participar)

Questão 19 – Que importância teve o Projeto para a sua família e para sua comunidade?

34,4% responderam – responderam – Possibilitou a valorização da propriedade

50,0% responderam – Contribuiu no processo de conscientização quanto à necessidade e importância de preservar o ambiente da comunidade

4,7% responderam – Possibilitou a participação da comunidade em todas as etapas do trabalho, tornando o Projeto em uma ação desta comunidade

3,1% responderam – Viabilizou a aproximação da família com a escola de seus filhos

7,8% responderam – Contribuiu para que as entidades do município participassem mais da vida das comunidades

Questão 20 – Que razões destaca como determinantes para que os demais não participassem do Projeto?

0,0% respondeu – Falta de divulgação e esclarecimento sobre a proposta de trabalho

0,0% respondeu – Falta de assistência técnica

6,3% responderam – Falta de mão-de-obra para o plantio

0,0% respondeu – Falta de equipamentos

4,8% responderam – Falta de atividades de educação ambiental voltadas para os produtores

3,2% responderam – Falta de incentivo por parte do município

6,3% responderam – Falta de incentivo financeiro

69,8% responderam – Falta de interesse, por desconhecerem a realidade ambiental do local

9,5% responderam – Outra (Toda a comunidade participou)